

Plano Integrado Para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP 2024/2027

Volume II - Bailique / Versão Base

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR

Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

Paulo Roberto Galvão Rocha

Superintendente

Jorge Frota Pereira Junior

Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Aharon Alcolumbre

Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Jorgiene dos Santos Oliveira

Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

Aline Dias Rossy

Diretora de Administração

Governador do Estado do Amapá

Clécio Luís Vilhena Vieira

Vice-Governador do Estado

Antônio Pinheiro Teles Júnior

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas**

**PLANO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ/PA E BAILIQUE/AP**

**Volume II - BAILIQUE
Versão Base**

Matriz de Identificação Bailique/AP

**Belém
2024**

2024 © Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco. Belém – Pará – Brasil

CEP: 66.093-082

gabinete@sudam.gov.br

www.sudam.gov.br

NORMALIZAÇÃO: Biblioteca da Sudam

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP: v.2- Bailique - versão base / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - Belém: SUDAM, 2024.

1. Planejamento Regional – Amazônia 2. Plano Integrado – Bailique (AP). 3. Desenvolvimento Sustentável – Bailique (AP) 4. Matriz de Identificação – Bailique (AP) I. Título. II. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

CDU – 336.027 (811)

COORDENADORES DO PROJETO

Governo Federal

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Amapá

Jucinete Carvalho de Alencar

Secretária Adjunta de Planejamento - SEPLAN

EQUIPE TÉCNICA

SUDAM (Coordenação dos Trabalhos):

Adelaide Maria Pereira Nacif – Coordenadora-Geral

Augusto Jose Silva Pedroso – Assessor

Benedito Barros Caldas – Coordenador-Geral

Ricardo Augusto Pina da Rocha – Coordenador

Sérgio Felipe Melo da Silva – Coordenador – Geral

Érika de Almeida Leite – Coordenadora – Geral

Banco da Amazônia

Alessandro S. Pereira - Gerente do Banco da Amazônia Agência Macapá

AMAPÁ

Ana Lara Ferreira dos Santos – Chefe de Relações com o Mercado - SETUR

Claudia Funi – Pesquisadora – IEPA

Gabriel Bueno Flores da Silva - Diretor de Planejamento do Turismo - SETUR

Jocivaldo França Ramos - Assessor da ADI da Secretaria de Estado da Cultura

Jorge Henriques Teixeira da Rocha – Especialista em Geoprocessamento e Regularização fundiária – SETEC

Nara Batista de Lima – Analista de Planejamento e Orçamento – SEPLAN

Rafaela Cristiane Moraes de Araújo – Analista de Planejamento e Orçamento – SEPLAN

Regina Celis Martins Ferreira – Analista de Finanças e Controle – SEPLAN

Sérgio Carvalho Barbosa – Técnico em Desenvolvimento Fundiário e Agrário – AMAPÁ TERRAS

Suzana Cardoso Ribeiro – Analista de Meio Ambiente – SEPAQ

Ten CEL QOCBM Luiz de Almeida Silva - Secretário Executivo da CDEC/AP

Thiago Pereira de Almeida – Analista de Planejamento e Orçamento – SEPLAN

Valdenira Ferreira dos Santos – Pesquisadora – IEPA

Vanete dos Santos Palmeira – Analista de Planejamento e Orçamento – SEPLAN

Victor Augusto Viegas Lima - Coordenador de Extensão da Pesca SEPAQ

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ - ORGÃOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

Corpo de Bombeiros do Amapá – CBMAP/DEFESA CIVIL

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnologia do Estado do Amapá – IEPA

Instituto de Terras do Estado do Amapá – AMAPÁ TERRAS

Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETEC

Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura do Amapá – SEPAQ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA

Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN

Secretaria de Estado do Turismo – SETUR Secretaria de Estado da Cultura – SECULT

REDE DE PARCEIROS

Banco da Amazônia - BASA

Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP

Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM

Secretaria de Estado de Mobilização e Participação Popular – SEMPP

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de comunidades que participaram do evento de escuta no Bailique	10
Gráfico 2 - Percentual de instituições que participaram do evento de escuta do Bailique	10
Gráfico 3 - Desempenho da economia do Amapá e Macapá Produto Interno Bruto - PIB e Valor Adicionado - VA 2021	25

QUADROS

Quadro 1 - Comunidades que estiveram representadas no levantamento de demandas no Arquipélago do Bailique	11
Quadro 2 - Relação entre os atributos do PRDA e do PPA Federal	15
Quadro 3 - Tipo de estabelecimento de atendimento de saúde no Bailique.....	23
Quadro 4 - Associações e cooperativas no Bailique	24
Quadro 5 - Igrejas por comunidade no Bailique.....	25

FIGURAS

Figura 1 - Modelo lógico para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)	13
Figura 2 - Arquitetura do levantamento das demandas no Arquipélago do Bailique/AP	44

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Famílias pesquisadas pela CAESA por comunidades no Bailique.....	21
Tabela 2 - Escolas estaduais e municipais do Bailique, tipo de ensino, localidade e número de alunos matriculados e professores.....	22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA	8
2 METODOLOGIA	9
2.1 Modelo Lógico para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)	12
2.2 Resultados e Propostas de Ação para as demandas sociais com o mapeamento de fontes de recursos para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)	14
2.3 Sistema de Governança para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)	17
3 CONTEXTO DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE/AP	18
3.1 Aspectos Sustentáveis do Arquipélago do Bailique/AP na Amazônia	18
4 ASPECTOS GEOFÍSICO E SOCIOECONÔMICO DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE/AP	20
4.1 Aspectos geofísico	20
4.2 Aspecto demográfico	20
4.3 Aspecto social	22
4.4 Capital social	24
4.5 Aspecto econômico	25
5 LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE/AP	28
5.1 Identificação das demandas - escuta a comunidade	28
6 MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS - ORGANIZAÇÃO POR SEGMENTO ..	44
6.1 Demandas Identificadas do Arquipélago do Balique/AP	45
7 PARCEIROS E APOIADORES	49
7.1 Parceiros e apoiadores	49
8 GESTÃO ESTRATÉGICA	51
8.1 Matriz de Indicadores	51
8.2 Monitoramento e Avaliação	51
9 CONCLUSÃO	53
10 REFERÊNCIAS	55
11 ANEXOS	56

APRESENTAÇÃO

O MIDR e a SUDAM acreditam que a participação social, a cooperação e trocas de experiências, são os melhores caminhos para se chegar ao desenvolvimento sustentável incluyente.

Para tanto este Plano Integrado vem apresentar propostas de como as instituições governamentais articuladas entre si, seguindo as diretrizes da PNDR relacionados ao PRDA, podem contribuir com Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP).

O objetivo principal deste documento é indicar as principais demandas sociais capazes de promover o desenvolvimento sustentável dos municípios integrantes desses territórios, por meio do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, estadual e federal, da conservação dos recursos naturais e da redução das desigualdades sociais.

É importante ressaltar, que apesar dos esforços do governo federal em implementar políticas públicas nessas regiões, permanecem as demandas por soluções de problemas não resolvidos nesses arquipélagos. Assim, por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 111, de 04 de agosto de 2023, foi aprovada a Moção de apoio para que os arquipélagos do Marajó (PA) e de Bailique (AP), fossem considerados espaço prioritário para fins da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e demais políticas intersetoriais.

Como desdobramento da moção apresentada, a SUDAM coordenou a elaboração de um conjunto de ações prioritárias para esses territórios em parceria com os governos do Pará, do Amapá, prefeituras locais, instituições públicas e sociedade civil. Como subsídio ao Plano Integrado, a autarquia coordenou a realização de um seminário que contou com 497 participantes para identificar ações e projetos prioritários no curto, médio e longo prazos.

O Plano Integrado terá duas versões - uma sintética (Sumário Executivo) e uma detalhada. A presente versão, base, será tratada como Volume I – Marajó. O Plano para o Bailique, no Amapá, será apresentado no Volume II.

Ao reconhecer e dar voz aos diferentes segmentos sociais, foi possível identificar demandas específicas que dificilmente poderiam ser captadas apenas pelo viés técnico. São pessoas representativas dos municípios envolvidos, que têm, portanto, diferentes leituras sobre o território e demandas próprias para o poder público.

As ações dispostas neste documento não tendem a esgotar o debate em torno das demandas necessárias aos arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) mas visam a articular ações coletivas que proporcionem o desenvolvimento desses territórios.

Apresentar soluções locais para os desafios identificados, unir esforços, governos e sociedade civil em torno de objetivos comuns é a principal proposta do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP.

Paulo Roberto Galvão da Rocha
Superintendente da SUDAM

1 INTRODUÇÃO

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) visando promover projetos sustentáveis, com recursos do governo federal, nos Arquipélagos do Marajó no Pará, e Bailique no Amapá, regiões com baixos indicadores econômicos e sociais, realiza levantamento das demandas para lançar o **"Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP"**, para o período de 2024 a 2027. O Governo do Estado Amapá, como parceiro responsável pelo levantamento das demandas no arquipélago do Bailique/AP, entrega neste documento à SUDAM, as escutas realizadas no Amapá que ocorreram em novembro e dezembro de 2023.

O Plano para os Arquipélagos é essencial, uma vez que esses espaços da Região Amazônica apresentam indicadores abaixo dos padrões de sustentabilidade e das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Discutir a sustentabilidade nas menores economias do Brasil, que tem os arquipélagos do Marajó e de Bailique passando por todas as suas necessidades ambientais, sociais e econômicas, fortalece a tentativa do ente Federal de cumprir os ODS estabelecidos na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

O plano é liderado pelo governo federal, com a SUDAM à frente do processo, contando com a participação do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e do Banco da Amazônia (BASA). No Amapá, o Governo Estadual é parceiro, e tem os seguintes órgãos na coordenação: SEPLAN, SETEC, SEMA, SEPAQ, RURAP, SETUR, SECULT, IEPA, CBMAP/Defesa Civil e Amapá Terras.

Com isso, o Governo do Amapá faz a entrega à SUDAM deste documento, constituído da consolidação das demandas da escuta à comunidade do Arquipélago do Bailique/AP, com a participação das instituições públicas e privadas que atuam no Amapá. Os atores discutiram os problemas e potencialidades ambientais, sociais e econômicas do Bailique, assim como, apresentaram estratégias ao desenvolvimento dentro do contexto regional do Arquipélago Bailique considerando suas potencialidades da biodiversidade, da bioeconomia e dos negócios sustentáveis para as cadeias produtivas que necessitam de estudos, infraestrutura, logísticas e fomento.

Este documento do levantamento da identificação das demandas do Arquipélago do Bailique/AP, **Produto I - Matriz de Identificação Entrega Amapá**, esta sendo repassado a SUDAM para que a mesma proceda a segunda etapa, Matriz II de Priorização, e com isso, o **"Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP"**. O documento está estruturado com a apresentação e a metodologia de elaboração do plano; uma contextualização sobre o Arquipélago do Bailique/AP na Amazônia; o levantamento das demandas; os parceiros; a gestão estratégica do plano; referências e anexos.

2 METODOLOGIA

A inserção do Arquipélago do Bailique no Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP, vem da moção do Governo do Estado do Amapá, solicitada durante a reunião do Conselho Deliberativo - CONDEL/SUDAM, em julho de 2023. Desta forma foi incluso na metodologia da SUDAM os levantamentos das demandas prioritárias do Arquipélago do Bailique/AP.

Os métodos utilizados para o levantamento das demandas no Arquipélago do Bailique/AP foram o qualitativo e de observação, com os instrumentos participativos, integrado e democrático. Estiveram no processo de escuta e coleta das informações às comunidades locais do Arquipélago e as instituições públicas, privadas e a sociedade civil organizada.

As problemáticas e potencialidades do Arquipélago, juntamente com a identificação das demandas estão com base nas informações das populações do Arquipélago Bailique/AP, abordadas em oito temáticas: desenvolvimento sustentável inclusivo; pesca, piscicultura e carcinicultura; cultura e turismo; fruticultura e produtos florestais madeireiros e não madeireiros e agricultura familiar; infraestrutura para o desenvolvimento sustentável; governança com foco em parcerias e participação social; regularização fundiária e apoio à produção; e pecuária leiteira, cadeia do queijo no Marajó e bubalinocultura e criação de pequenos animais em Bailique.

A condução dos trabalhos esteve a cargo da SUDAM, representando o governo federal, e dos órgãos do Governo do Estado do Amapá, SEPLAN, SETEC, SEMA, SEPAQ, RURAP, SETUR, SECULT, IEPA, CBMAP/Defesa Civil e Amapá Terras. O Plano será elaborado pela SUDAM em conexão com o Plano Plurianual 2024 – 2027 dos governos federal e estadual, com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

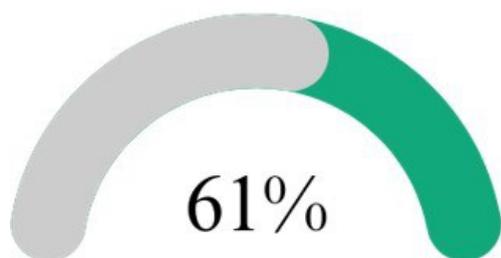
Na etapa de escuta no Amapá, junto com a comunidade e instituições, foi construída a **matriz I de identificação das demandas. A matriz II de priorização dos levantamentos das demandas**, distribuída nas temporalidades de curto (até 12 meses), médio (de 12 a 24 meses) e longo prazo (até 48 meses), ainda será realizada com as comunidades pela SUDAM e Governo do Estado, com previsão para o primeiro semestre de 2024.

No Amapá, o levantamento de identificação das demandas do Arquipélago do Bailique/AP aconteceu em dois momentos, novembro e dezembro de 2023, da seguinte forma:

- **ETAPA 1** – A escuta da comunidade ocorreu por meio de dois instrumentos: a aplicação de uma pesquisa primária com questionário semiestruturado, direcionada ao público em geral do Arquipélago do Bailique/AP, com idade a partir de 18 anos; e a escuta direta, por meio de um seminário que contou com a participação da comunidade e das lideranças do Arquipélago do Bailique/AP. O seminário foi realizado na localidade de Jaranduba, em 18 de novembro de 2023; e
- **ETAPA 2** – A escuta das instituições públicas (federais e estaduais), privadas e a sociedade civil, aconteceu indiretamente no levantamento, pela ferramenta do *Googleforms*, dos projetos que já estavam ocorrendo pelas instituições para o Arquipélago do Bailique; e também, de forma direta, em um seminário presencial em Macapá, no dia 12 de dezembro.

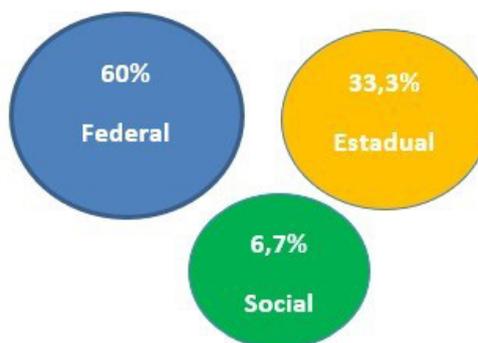
No Arquipélago do Bailique/AP estão registradas 51 comunidades (IEPA, 2023), das quais estiveram representadas no evento de levantamento das demandas (escuta a comunidade) 61% (Gráfico 1 e Quadro 1). Em Macapá, estiveram no seminário 30 instituições, entre federal, estadual e sociedade civil (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Percentual de comunidades que participaram do evento de escuta no Bailique



Fonte: Seplan.

Gráfico 2 – Percentual de instituições que participaram do evento de escuta do Bailique.



Fonte: Seplan.

Quadro 1 - Comunidades que estiveram representadas no levantamento de demandas no Arquipélago do Bailique

COMUNIDADES					
1	Andiroba	11	Igarapé Baiano	21	Maranata
2	Arraiol do Bailique	12	Igarapé do Meio	22	Marinheiro de Fora
3	Bailique Grande	13	Igarapé Jaburu Grande	23	Maúba
4	Boa Esperança	14	Jabu Grande (Curuá)	24	Nossa Senhora Aparecida
5	Buritizal	15	Jaburuzinho (Curuá)	25	Ponta da Esperança
6	Comunidade Carneiro	16	Jaburuzinho	26	Ponta do Curuá
7	Filadélfia	17	Jangadinha	27	São João Batista
8	Franco Grande	18	Jaranduba	28	São Pedro do Curuá
9	Franquinho	19	Junco	29	Vila Macedônia (Brigue)
10	Freguesia	20	Livramento Bailique	30	Vila Maranta (Terra Grande)
				31	Vila Progresso

Fonte: Lista de frequência do levantamento das demandas no Arquipélago do Bailique 18/11/2023.

2.1 MODELO LÓGICO PARA O PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

O modelo lógico é uma ferramenta importante para a compreensão e a execução da política pública. Ele permite a identificação de insumos, atividades, produtos, resultados e impactos de forma clara e objetiva, capaz de traçar uma linha de causas e efeitos das ações da política a ser implementada, garantindo uma avaliação mais precisa dos seus resultados e impactos. Além disso, o modelo lógico permite uma comunicação mais clara e efetiva das ações e resultados da política pública com as partes interessadas. Segundo o IPEA (2018), o modelo lógico deve apresentar os seguintes componentes:

Insumos: Os insumos de uma política são os recursos necessários para a sua execução, sejam financeiros, físicos (equipamentos, materiais, instalações), humanos (número, tipo, qualificação) ou outros. Por exemplo, a sensibilização de atores, a mudança de marcos normativos, o diagnóstico de situação, as pesquisas de opinião, entre outros, podem ser considerados, a depender do problema, insumos para a política.

Atividades: As atividades são as ações e os serviços realizados sob o escopo da política. Nessa etapa, devem ser consideradas:

- **Atividades diretas**, aquelas que recaem sobre os beneficiários da política em si (treinamentos, distribuições de renda etc.);
- **Atividades indiretas**, aquelas necessárias para garantir a realização da política (treinamento de funcionários, tarefas de gerenciamento, provisão de instalações etc.);

Tais atividades podem e devem ser desenhadas na forma de processos, ou seja, atividades encadeadas por um passo a passo. A cada atividade deve corresponder os insumos necessários à sua consecução.

Produtos: No âmbito de um modelo lógico, denominam-se produtos (outputs) os frutos diretos e quantificáveis das atividades da política, entregues imediatamente pela realização de suas atividades. Trata-se, por exemplo, do número de beneficiários servidos, do número de horas de duração de uma intervenção, do número de funcionários treinados, da quantidade de benefício entregue, entre outros. Por norma, cada atividade deve contribuir para, no mínimo, um produto.

Resultados: Os resultados (outcomes) de uma política, por sua vez, são mudanças observadas no curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições, como resultado da intervenção realizada. Alterações sobre conhecimento, habilidades, atitudes, motivação e comportamento de indivíduos são alguns exemplos.

Impactos: Por fim, os impactos de uma política são mudanças de mais longo prazo promovidas sobre o aspecto ou a perspectiva futura de seus beneficiários ou grupo no qual se inserem (por exemplo, um aumento de bem-estar da população em relação ao tema da intervenção).

A construção do modelo lógico leva em conta o alinhamento da estrutura definida pelo manual *ex ante* (IPEA, 2018) com a metodologia utilizada para a formulação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP). Como forma de customizar o modelo lógico tradicional ao Plano em questão, foram adicionados ao modelo os eixos trabalhados no Seminário de identificação de demandas, de forma a espelhar o encadeamento entre eles formando uma “árvore” lógica na qual os eixos estão conectados a um insumo, atividade, produto, resultado e impacto. A figura abaixo demonstra o modelo lógico para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Figura 1 - Modelo lógico para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)

Eixos	Insumos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos
Desenvolvimento sustentável e inclusivo do Bailique	Orçamentário/financeiro Orçamento Geral da União Orçamento Geral do Estado Fundo Constitucional de Financiamento do Norte Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Incentivos Fiscais e financeiros Fundos de origem privada Parcerias público-privada Não orçamentário/financeiro Recursos humanos e tecnológicos disponíveis Capital social existente (associações, cooperativas, instituições diversas)	Orçamentário/financeiro Financiamento de fundos reembolsáveis Financiamento de fundos não-reembolsáveis Financiamento de incentivos fiscais Financiamento pelos gastos e investimentos públicos Não orçamentário/financeiro Publicação de editais Mobilização dos atores locais Articulação política junto aos entes federais, estaduais e municipais	Orçamentário/financeiro Projetos e ações com recursos reembolsáveis implementados Projetos e ações com recursos não reembolsáveis implementados Não orçamentário/financeiro Medidas administrativas implementadas	Aumento de atividades implementadas de forma sustentáveis e inclusivas	Elevação dos níveis de desenvolvimento da população dos arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) Aumento da produção e da renda interna Redução das desigualdades sociais Meio ambiente preservado Segurança jurídica e fundiária Fomento da produção Governança fortalecida e moderna
Pesca, piscicultura e carcinicultura				Aumento da produção pesqueira mais sustentáveis e com maior verticalização	
Fruticultura, produtos florestais madeireiros e não madeireiros e agricultura familiar				Elevação da oferta da fruticultura, produtos florestais madeireiros e não madeireiros e da agricultura familiar com melhores práticas	
Bulbalinocultura no Bailique e criação de pequenos animais				Melhor aproveitamento dos produtos da pecuária regional, agregação de valor	
Cultura e turismo				Aumento do fluxo turístico sustentável e de qualidade	
Regularização fundiária e fomento à produção				Aceleração dos processos de titulação de terras no Marajó (PA) e Bailique (AP), segurança jurídica e fundiária	
Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável				Melhorias na infraestrutura regional	
Governança com foco em parcerias e participação social				Melhorias na governança local, empoderamento da gestão municipal, melhorias nos processos e entregas	

Os eixos para serem implementados necessitam de insumos, podendo ser orçamentários/financeiros e não orçamentários/financeiros. No primeiro caso, recorre-se aos recursos presentes nos orçamentos da União, Estados e municípios e aos fundos reembolsáveis e não-reembolsáveis existentes. No segundo, são aqueles que demandam conhecimento intelectual e organizacional.

As atividades são os esforços necessários para executar a ação, dividido novamente nos dois grupos conforme citados no parágrafo anterior. Os produtos demonstram a eficácia das ações, nesse caso são os projetos e ações implementadas e as medidas administrativas adotadas.

Os resultados indicam as mudanças, o incremento resultante de toda as ações anteriores. Por fim, o impacto revela a transformação ocorrida no território, com mudanças estruturais, no longo prazo, na sociedade.

2.2 RESULTADOS E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA AS DEMANDAS SOCIAIS COM O MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS PARA O PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

Os quadros tratados nos anexos deste documento apresentam o cruzamento entre demandas sociais e as ofertas institucionais capazes de contribuir com a implantação das ações prioritárias para o território de Bailique. As relações entre demandas e ofertas espelham os trabalhos executados durante o processo de elaboração do PRDA 2024- 2027 que contou com uma experiência inédita de articulação do Plano Regional e seus atributos com os programas finalísticos do PPA 2024-2027, permitindo com que recursos e esforços do governo federal possam ser pactuados para apoiar ações e projetos na área do Plano.

Foram 20 Ministérios Setoriais que pactuaram Ações Estratégicas no âmbito do PRDA, permitindo que 656 Entregas previstas para o período 2024-2027 possam ser realizadas em articulação com as demandas vindas da região de abrangência do PRDA e de seus espaços prioritários de intervenção. A ideia é fazer esta mesma relação, porém em um recorte territorial menor, para o Plano de Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Para ilustrar melhor, apresenta-se no quadro abaixo as informações gerais sobre os atributos do PRDA e dos Ministérios Setoriais já comprometidos com sua implementação na Amazônia Legal.

Quadro 2 - Relação entre os atributos do PRDA e do PPA Federal

Eixos do PRDA	Programas do PRDA	Ministérios Parceiros
Desenvolvimento Produtivo	Bioeconomia para o desenvolvimento sustentável	MIDR/MDIC/MDA/MCTI/MTUR/ MMA
	Agropecuária Inclusiva e Sustentável	MAPA/MDA/ MMA/MPA
	Indústria e Serviços Sustentáveis	MTUR/MinC/MDIC/MIDR
Pesquisa, Inovação e Educação	Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia	MCTI/MAPA/MS
	Qualificação do Capital Humano	MEC/MMA/MCTI
Infraestrutura Econômica e Urbana	Logística e Integração	MT/MPOR/ MCOM/MIDR
	Infraestrutura Rural e Urbana	MCID/MT/ MME
Meio Ambiente	Sustentabilidade e Conservação Ambiental	MMA/MPI/MCTI/ MME
Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	MIDR/MCID
Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais	Inclusão Produtiva	MTE/MEC/MPI
	Bem-estar Social	MS/MEC/MJSP/MPI/MDHC

Fonte: SUDAM, 2024.

Com base neste potencial de articulação já realizado com o governo federal, e sendo o Bailique espaço prioritário de intervenção contido em sua região de abrangência, a atuação poderá contar com um conjunto de Entregas dos Programas Finalísticos do PPA 2024-2027 a serem negociadas para sua implementação. Este processo de pactuação com os Ministérios Setoriais deverá compor a estratégia de governança do Plano de Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Assim, o Anexo 3 – Demandas identificadas do Arquipélago do Bailique apresenta a relação entre as demandas sociais com o parceiros potenciais, no caso, os Ministérios Setoriais. Assim, é possível verificar o Programa, o código da entrega e as entregas previstas no PPA Federal 2024-2027 para cada Ministério elencado. O mapeamento das entregas do PPA espelha a transversalidade entre a demanda e a oferta com os possíveis recursos orçamentários para a execução a ação, orienta a execução das políticas no território e favorece a articulação de instituições como a SUDAM junto aos ministérios setoriais.

Somados aos recursos orçamentários presentes nos Planos Plurianuais, têm-se também os instrumentos de ação da SUDAM como meios para dar eficácia às demandas priorizadas, tais quais, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, os Incentivos Fiscais e as transferências voluntárias. Além destes, é possível articular o aporte de recursos de fundos de caráter nacional e supranacional como o Fundo Amazônia.

O Arquipélago do Bailique precisa ser integrado ao processo produtivo e fortalecimento de suas cadeias produtivas, com sustentabilidade socioeconômica e ambiental e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como na redução das desigualdades sociais, erradicação da pobreza, acesso à água potável e saneamento, entre outros, para melhoria da qualidade de vida da população dos municípios que compõem o Plano de Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó e Bailique.

2.3 SISTEMA DE GOVERNANÇA PARA O PLANO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

Dentro de um Estado Democrático, a participação social é destacada e reivindicada pela sociedade como forma de cogestão, controle social das políticas públicas e de indução do desenvolvimento econômico, principalmente após a institucionalização de canais participativos com a edição da Constituição Federal de 1988.

O Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) é fruto de um processo de mobilização da sociedade civil organizada que atua na região, levando em consideração o reconhecimento do protagonismo dos municípios e organizações social nas iniciativas locais e regionais de promoção da sustentabilidade, pautando-se em uma agenda de diálogo e cooperação entre os atores locais e os governos.

O Plano foi construído a partir de um amplo processo de discussão entre os diversos atores que conhecem e vivenciam o cotidiano dos municípios, bem como os problemas e as dificuldades enfrentadas pela população local quanto às estruturas deficientes e a precariedade dos serviços públicos oferecidos pelo poder público. Ao dar voz aos diferentes segmentos sociais, foi possível identificar demandas específicas que dificilmente poderiam ser captadas apenas pelo viés técnico. São pessoas que têm, portanto, diferentes leituras sobre o território e, conseqüentemente, forma peculiar de demandar ao poder público.

Para além dos compromissos com os princípios democráticos e com o atendimento aos princípios legais, o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) reconhece a importância de que os processos participativos conferem maior legitimidade ao planejamento territorial, porque possibilitam uma leitura mais assertiva do espaço público e promove o engajamento da sociedade com os compromissos e as estratégias adotadas.

Assim, o que se pretende é que o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) promova ações de políticas públicas que verdadeiramente contribuam para um desenvolvimento econômico, social e sustentável, e que irradiem e gerem benefícios para toda a comunidade, melhorando a qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem nesses arquipélagos.

3 CONTEXTO DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE/AP

3.1 ASPECTOS SUSTENTÁVEIS DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE/AP NA AMAZÔNIA

A sustentabilidade do planeta é um dos grandes temas que permeia o mundo moderno, se tornou um desafio na conjuntura atual em que sociedades e os tomadores de decisões articulam alternativas para que se amenize a crise ambiental e se alargue possibilidades reais para o equilíbrio climático e redução dos gases que reforçam o aquecimento global. Outra questão da sustentabilidade está na redução da desigualdade, na busca de condições de vida dignas às populações que se encontram na linha da pobreza ou abaixo dela. Os governantes, nas políticas públicas, buscam assegurar o tripé da sustentabilidade, **responsabilidade ambiental, condições econômicas e equidade social**.

A Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça iniciativas governamentais em diversos segmentos sociais, políticos, urbanos, culturais, ambientais. Incentivam práticas de sustentabilidade com vista a estabelecer condições de vida mais dignas, e a preservação dos ecossistemas terrestres. Os 17 ODS orientam debates e impulsionam a elaboração de políticas públicas, principalmente, em economias de baixos desempenhos sociais e econômicos como as da Amazônia.

A região amazônica se qualifica na agenda da sustentabilidade nacional e internacional como uma potência de biodiversidade que contribui para o planeta. Embora o processo de devastação da floresta, a poluição dos rios e a pobreza social tenham se acelerado nesse ecossistema, os seus serviços naturais, já comprovados pela ciência, são de fundamental importância para o equilíbrio natural de outros ecossistemas. Logo a importância de cuidar desse espaço, das pessoas e da natureza, preservando-o por inteiro.

Há uma clara dualidade entre dois mundos na região amazônica. Ainda que tenha um vasto potencial natural, a maioria das comunidades apresenta baixos indicadores econômicos e sociais, muitos dos quais são bem desfavoráveis. Com uma população de 29 milhões de habitantes, aproximadamente 45% vivem abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2023), com baixos níveis de renda, e muitas famílias não recebem sequer um salário mínimo. O setor primário e as agroindústrias deveriam representar o principal vetor econômico regional, mas são apenas fornecedores de matéria-prima as economias exógenas, não agregam valor a produção. Atividades econômicas adequadas para a preservação da floresta, ainda não têm relevância na produção interna. Algumas bioeconomias como o açaí, a castanha e as oleaginosas, já alcançam os mercados de exportação, isso demonstra aproveitar essa oportunidade para o fomento à região.

Neste contexto Amazônico está o Amapá, estado do norte do Brasil, que faz parte do grande mosaico da rica biodiversidade da região. Desde a década de 90 do século XX, o Amapá já trata a sustentabilidade como política de Estado, resguardando sua biodiversidade e valorizando as populações tradicionais nos processos econômicos com recursos da floresta. Por lei, os governos federal e estadual criaram as unidades de conservação, seja proteção integral ou de uso sustentável. Em 2002, na conferência de Joanesburgo na África, o Brasil aprovou a preservação do maior parque tropical do planeta, a unidade de conservação Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, com 38.874 km², com área dentro da região amazônica que abrange 5 municípios do Amapá e 1 do Pará. Hoje o Amapá é o estado brasileiro com 73% de seu território protegido, sendo 65% em áreas de proteção ambiental e 8% em terras indígenas.

Um ponto de conflito no território amapaense é a divergência da riqueza natural e da pobreza econômica e social, um desequilíbrio para a não integridade da sustentabilidade. O Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá está entre os cinco menores do País, com 20 bilhões de reais (IBGE, 2023). Cerca de 40% de sua população está na linha de pobreza (IBGE, 2022), muitos de seus municípios, na área urbana ou rural, necessitam de políticas públicas básicas, como saúde, educação, transporte, habitação e segurança alimentar. Existem domicílios no Estado que não dispõem de saneamento básico, a rede de água chega a 65% da população, a rede de esgoto a 11%, e a coleta de resíduos na condição de aterro sanitário só existe na capital Macapá.

No Amapá está o Arquipélago do Bailique, composto por 8 ilhas e 51 comunidades. Distrito do município de Macapá desde 1936, habitam nessa localidade cerca de 7 (sete) mil pessoas. Considerando o aspecto ambiental, o Arquipélago do Bailique está passando por sérios problemas como o fenômeno da erosão, salinização das águas fluviais, assoreamento de rios (IEPA, 2023), fenômenos que influenciam diretamente o modo de vida da população ribeirinha do Arquipélago.

A população do Arquipélago Bailique, como povo tradicional da Amazônia, mora à margem dos rios (mas está também sob a influência do oceano) local que lhe favorece para ter acesso a serviços básicos. Os serviços naturais como o uso da água se tornaram quase inapropriado para o consumo ou para produção; os serviços produtivos, como fornecimento de matéria prima e produtos florestais e não florestais, em algumas comunidades estão sendo reduzidos, como o extrativismo vegetal, a caça, a pesca e a agricultura. A economia local tende a reduzir a ocupação da mão de obra, diminuir a renda mais ainda e em curto tempo, por consequência da estagnação na produção e consumo na região.

O grande desafio da região nesses Arquipélagos, Bailique e Marajó, é decidir seu destino com os povos que neles vivem, cuja a logística e o distanciamento não devem ser obstáculos. A comunidade local precisa ser protagonista dessa decisão e preparar debates internamente, para assegurar os interesses de quem vive na região. O plano do governo federal, capitaneado pela SUDAM, aos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP, é uma iniciativa dos atuais governos, Federal e Estadual, que favorece oportunidade à população local, do Bailique e do Marajó, de mostrarem ao mundo os caminhos da Amazônia como foco na sustentabilidade.

4 ASPECTOS GEOFÍSICO E SOCIOECONÔMICO DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE/AP

4.1 ASPECTOS GEOFÍSICO

O Bailique, distrito da capital Macapá, foi criado pela Lei Estadual nº 931, de 22 de março de 1933, alterado em 1936 (IBGE, 2023)[1]. Está localizado em uma área estratégica, na foz do rio Amazonas e em contato com o Oceano Atlântico (entre o Canal do Norte e a antiga foz do rio Araguari). Sua população é 100% rural, morando em pequenas comunidades, onde algumas não dispõem dos principais equipamentos públicos, como escola, igreja, posto de saúde e centro comunitário.

Uma parte do arquipélago do Bailique compõe uma região insular, na foz do Rio Amazonas, constituída por 8 ilhas naturais, com 51 localidades (IEPA, 2013). Outra parte da região do Bailique é a área continental da margem do rio Amazonas. As ilhas que formam o arquipélago são: Bailique, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Igarapé do Meio, Marinho e Parazinho. Dessas ilhas do Bailique duas não são habitadas, a ilha do Meio e a ilha de Parazinho.

Na ilha do Parazinho está a unidade de conservação de proteção integral, a Reserva Biológica do Parazinho, com 111,31 ha. É uma REBIO estadual, criada pelo Decreto nº. 005, de 21 de janeiro de 1985. O objetivo da REBIO é a proteção do meio ambiente para reserva genética do meio biótico (fauna e flora), com permissão para estudos científicos, visitação e ecoturismo.

O acesso às ilhas do Bailique só acontece por vias fluviais, com 12h de Macapá, distante 180 km. Na ilha Curuá está o distrito sede, Vila Progresso, com cerca de 320 famílias (CAESA, 2023) e com a oferta da maior parte dos serviços públicos da região.

4.2 ASPECTO DEMOGRÁFICO

Na pesquisa do IBGE Estimativa Populacional de 2021 (IBGE, 2022), a população do Bailique era de 13 mil habitantes. Com o Censo 2022, a população de Macapá teve uma redução em relação à estimativa da população, e na primeira divulgação dos resultados pelo IBGE em novembro de 2023, a população de Bailique acompanhou esse comportamento populacional de Macapá, onde se registra 7 mil residentes no Arquipélago.

Uma característica da população do Arquipélago do Bailique são as comunidades tradicionais, povos da floresta, que tem seus saberes para preservação da biodiversidade. Culturalmente essa população usa os recursos naturais de forma sustentável. Predominam nessa população os ribeirinhos, pescadores e extrativistas com os saberes tradicionais de cuidar da floresta.

Por pesquisa em 2023 aplicada pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA), foram registradas 1.208 famílias no Bailique. As comunidades com maior número de famílias foram, a de Vila Progresso 26,5%, Macedônia 9,0%, Itamatatuba 6,1%, Limão do Curuá 6,0%, Buritizal 5,3%, Comunidade do Carneiro 4,7%, Igarapé Grande do Curuá 4,3%, Vila Jaburuzinho 4,2%, Comunidade Ilhinha 4,1%, Ponta do Curuá 3,7%, Jaranduba 2,9%, Vila Andiroba 2,8% e Foz do Gurijuba 2,7%, às demais registram menos de 2,2% de famílias (Tabela 1).

Tabela 1 – Famílias pesquisadas pela CAESA por comunidades no Bailique

Localidade	Famílias	Perc (%)	Localidades	Famílias	Perc (%)
Vila Progresso	320	26,5	São Pedro do Curuá	21	1,7
Macedônia	109	9,0	Comunidade Junco	16	1,3
Comunidade de Itamatatuba	74	6,1	Mupéua	11	0,9
Limão do Curuá	73	6,0	Nossa Senhora Aparecida	11	0,9
Buritizal	64	5,3	Progresso	10	0,8
Carneiro	57	4,7	Baiano	8	0,7
Igarapé Grande do Curuá	52	4,3	Vila Jangada	7	0,6
Vila Jaburuzinho	51	4,2	Comunidade Guajará	5	0,4
Comunidade Ilhinha	49	4,1	Igarapé Cortiço	5	0,4
Ponta do Curuá	45	3,7	Igarapé Furinho	5	0,4
Jaranduba	35	2,9	Porto Fábrica	4	0,3
Vila Andiroba	34	2,8	Vila Bom Jardim	4	0,3
Foz do Gurijuba	33	2,7	Jaburuzinho	3	0,2
São João Batista	26	2,2	Limão Seco	3	0,2
Maúba	25	2,1	Vila Mastro	3	0,2
Vila Jangada	23	1,9	Cubana	1	0,1
Jangadinha	21	1,7	Total	1.208	100

Fonte: CAESA, Relatório Bailique /2023.

4.3 ASPECTO SOCIAL

Os aspectos sociais da população que mora no Arquipélago do Bailique são de baixos indicadores, com elevados índices de pobreza e extrema pobreza, pouca escolaridade, com nível de ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) apresentando alto grau de informalidade e renda inferior 1 e ½ Salário Mínimo.

Os equipamentos públicos como igreja e centro comunitário, em sua maioria, não estão disponíveis em condições adequadas de uso e acesso a população, quase todos se concentram na Vila Progresso. Com relação aos serviços públicos, sua maioria está distante das necessidades dos moradores do Arquipélago do Bailique.

Sobre os serviços de educação, os poucos existentes são públicos. Os de ensino formal apenas algumas comunidades dispõem do serviço. A Vila Progresso tem as duas maiores escolas da região, a escola Bosque do Amapá e a Escola Estadual Cláudio dos Santos Barbosa; outras escolas estão na comunidade Arraiou, Itamatatuba, Jaranduba, Buritizal, Ponta do Curuá, Livramento, Freguesia, Vila Macedônia, Maranata e Terra Grande.

A instituição de ensino que era referência no Arquipélago do Bailique, foi a Escola Bosque, do Governo do Estado. A escola foi implantada no início da década de 90, no Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA). Naquele momento foi considerada uma Escola padrão, com a matriz curricular que sobressaia a responsabilidade do uso da floresta, considerada uma Escola Modelo de Sustentabilidade dentro da Amazônia. Dados do INEP (2022), conforme apresentados na Tabela 2, mostram que foram matriculados na Escola Bosque, 628 alunos e que havia 32 professores. Sua infraestrutura passa por problemas sérios por causa do fenômeno das terras caídas, que já derrubou grande parte da estrutura física da Escola.

Tabela 2 – Escolas estaduais e municipais do Bailique, tipo de ensino, localidade e número de alunos matriculados e professores

Escolas	Nível de ensino	Localização	Matrículas 2023	Professores
Escola Bosque do Amapá – Módulo Regional do Bailique	Médio	Vila Progresso	628	32
Escola Família Agroextrativista de Bailique - EFAB (em construção)	-	-	-	-

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2022. Brasil Escolas 2022.

Sobre os serviços de saúde em Bailique, este é realizado pela Prefeitura Municipal de Macapá, que mantém a Unidade Básica de Saúde, Manoel Queiroz Barbosa, na Vila Progresso, com atendimento à saúde primária.

As condições de atendimento de saúde no Arquipélago do Bailique estão aquém das necessidades da população. As instalações que existem não conseguem garantir atenção a toda população. São ofertados os serviços mínimos de consultas e exames básicos, que não estão na maioria das comunidades. A população para ter acesso ao serviço precisa se deslocar para Vila Progresso, onde se faz o atendimento primário; ou para Macapá, para atendimentos de médicos mais especializados e de alta complexidade.

Segundo informações dos profissionais de saúde que trabalham na região, a população apresenta um quadro de doenças hídricas elevado, como diarreia, verminose, coceira e outros. Esse quadro é proveniente da falta de tratamento ou armazenamento de água potável de forma adequada.

Quadro 3 – Tipo de estabelecimento de atendimento de saúde no Bailique

Tipo	Tipo de Atendimento	Comunidade
Unidade Básica de Saúde - UBS Manoel de Queiroz Barbosa - Manoelzinho	Centro de atenção primária	Vila Progresso
Posto de Saúde		Maranata
Posto de Saúde		Itamatatuba
Posto de Saúde		Igarapé Grande do Curuá
Postos de Saúde		Limão do Curuá

Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá.

No Bailique, apenas em algumas comunidades existem serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, abastecimento e tratamento de água e energia elétrica. Euler e Jean (2018), informam que 100% das famílias fazem captação da água do rio e usam fossas rudimentares (85%), cujos dejetos chegam ao rio na maré lançante. A água para beber é tratada com hipoclorito de sódio. A maioria das comunidades usam motor à diesel, que lhes fornecem quatro horas diárias de luz.

4.4 CAPITAL SOCIAL

O capital social é constituído pela capacidade da sociedade em tomar decisões de forma coletiva, é o empoderamento da comunidade atuando coletivamente em prol do seu desenvolvimento, são formas de atuação coletiva que unem forças para chegar a um bem comum e um único objetivo. Bourdieu (1998, p. 67) define o conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuo, ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também relações que unem ligações permanentes e úteis.

Em 2014 a comunidade no Bailique se organizou, produziu seu protocolo e desenvolveu mecanismos de empoderamento social e econômico que vem garantindo novas formas de renda, geração de empregos e proteção sustentável de seu território (Funi, 2023), o que tem fortalecido seu capital social. O protocolo comunitário do Bailique deliberou que a população local deveria: fazer medidas para ter a proteção para alguns peixes que não entram no defeso, mas que estão sofrendo degradação; regras para controlar o lixo desordenado na região; medidas de controle para venda de terrenos à fazendeiros; estabelecer meios para maior controle na criação de bois; regras para material de pesca que influencia na segurança; regras para criação de cachorro na comunidade; regras para coleta seletiva de lixo; buscar mecanismo na tentativa de recuperar as tradições locais; e saneamento básico nas comunidades.

No Arquipélago do Bailique, considerando as formas coletivas para chegar as melhorias dos moradores, estão as cooperativas, as associações, os centros comunitários e, no culto religioso as igrejas. Sendo assim, as comunidades de Bailique apresentam um considerável potencial de organização do seu capital social, as quais algumas dessas organizações estão abaixo informadas, nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Associações e cooperativas no Bailique

Sigla	Associação e Cooperativas	Localidades
ACTB	Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique	
AEFAB	Associação das Escola Família Agroextrativista do Bailique	
	Associação dos Pescadores	
AMAZONBAI	Cooperativa Amazonbai	
CCB	Centro Comunitário do Bailique	Vila Progresso
	Centro Comunitário de Itamatatuba	Itamatatuba
AMCAB	Associação comunitária do Arraiol do Bailique	Arraiou

Fonte: SEPLAN, pesquisa em documentos sobre Bailique.

Quadro 5 – Igrejas por comunidade no Bailique

Sigla	Igreja	Localização
MEAP	Missão Evangélica de Assistência Igreja Comunidade Evangélica de Bailique	Vila Progresso Vila São Pedro Vila Freguesia Marinheiro de Fora
	Ministério Z N Bailique – Igreja Evangélica Assembleia de Deus Zona Norte em Bailique	

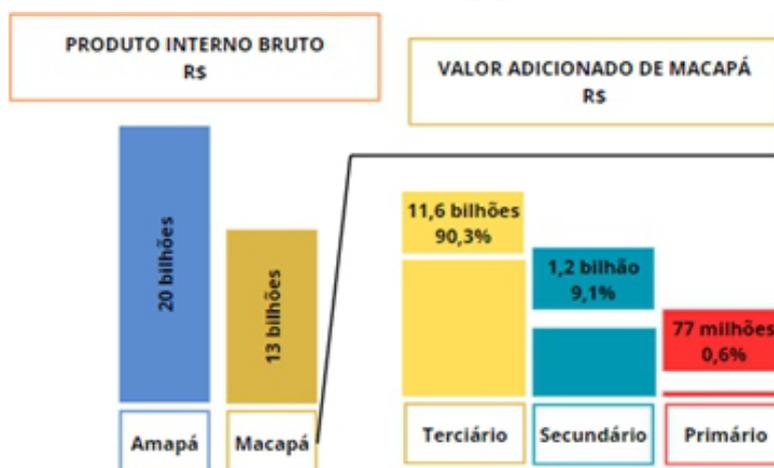
Fonte: SEPLAN, pesquisa em documentos sobre Bailique.

4.5 ASPECTO ECONÔMICO

O estado do Amapá em 2021 registrou um Produto Interno Bruto - PIB de R\$ 20 bilhões, com crescimento real de 5% em relação ao ano anterior. A capital Macapá é a primeira economia do Estado, com um PIB de R\$ 13 bilhões de reais, representando uma participação de 65% na economia do Estado. O setor primário em Macapá é bem pequeno, registra 0,61% do Valor Adicionado do município, o setor industrial 9,1% e o setor de serviços o de maior concentração com 90,3%.

Macapá é a cidade polo do Estado, onde estão as maiores atividades econômicas, como shopping center, supermercados (atacado e varejo), construção civil, indústria de transformação, indústria pública e o centro administrativo do Estado e do Município. Os indicadores econômicos de produção do Amapá e Macapá estão abaixo representados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Desempenho da economia do Amapá e Macapá Produto Interno Bruto - PIB e Valor Adicionada - VA 2021



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - 2023.

As regiões produtoras do setor primário de Macapá são: a Pedreira, com a soja; Pacuí, com a produção da farinha; e o Bailique, com a pesca, o extrativismo do açaí, as oleaginosas, assim como a agricultura familiar e agricultura de subsistência. Essas regiões rurais de Macapá representam 20% no setor agropecuário do Estado, o que contribuem para atender os 10% de abastecimento dos centros urbanos de Macapá e Santana, já que a produção do Estado é apenas para consumo interno e depende em sua maioria, das regiões ribeirinhas do estado do Pará.

As atividades do setor primário no Bailique é bem rudimentar e não tem um registro formal no PIB de Macapá, mas se observa que muitos produtos vem dessa região do Bailique. Os produtores enfrentam enormes desafios nas cadeias de produção da pesca, do extrativismo do açaí e fruticultura, isso acontece desde a origem do produto, passando pelo processamento e transporte, até o acesso ao mercado. Outro grande entrave nessas cadeias de produção do Bailique são os atravessadores que fazem a ponte entre os extrativistas e agricultores com o mercado.

Euler e Jean (2018) afirmam que, quando analisado o destino da produção agroextrativista no Bailique, verifica-se que há um balanço no grau de importância entre autoconsumo e venda, porém com grande variação de comportamento entre os informantes. Em relação ao sistema de comercialização, 100% dos produtores têm nos atravessadores o principal canal de vendas, sendo que 30% também comercializam seus produtos na Feira do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Se por um lado o PAA tem uma grande importância como nova fonte de acesso a mercados institucionais, por outro, ainda apresenta dificuldades pela falta de assistência técnica e limitações na distribuição de recursos (HONDA et al. 2016 apud EULER e JEAN).

O Bailique é considerada a grande região pesqueira do Amapá, privilegiada por sua localização geográfica, está na foz do maior rio de água doce, o Amazonas, e no encontro com o Oceano Atlântico. Essa região é favorável para o pescar de interesse do grande mercado. Nessa região pesqueira, os pescadores locais, que têm características artesanais, concorrem de forma desleal com os grandes navios pesqueiros das empresas nacionais, bem como as internacionais, que praticam a pesca industrial.

Outro produto de potencial econômico no Bailique é o açaí, produto que tem alcançado o mercado em todo o mundo, considerando o seu rico potencial e seu alto valor energético e nutricional. Essa característica do açaí despertou interesse de outros mercados para além das comunidades locais e regionais da Amazônia.

A produção de açaí da região do Bailique está alcançando o mercado internacional. A cooperativa Amazonbai do Bailique conseguiu em 2019 a certificação do produto com o selo FSC (*Forest Stewardship Council*), comprovando a manutenção dos estoques de carbono e proteção à biodiversidade. Com isso, a Cooperativa atende o mercado com a padronização e utilização de metodologias apropriadas de manejo do açaí e preservação da floresta.

Os produtos florestais não madeireiros, as oleaginosas, são produtos que estão fortalecendo a economia local e gerando renda às populações tradicionais do Bailique. Os mercados de fármacos e de cosméticos estão aumentando seu interesse por esses produtos naturais da floresta. A produção do Bailique de óleo da andiroba, do pracaxi, da copaíba, são os principais na pauta das oleaginosas da região e já começam uma pequena produção atendendo a demanda potencial externa que cresce todos os dias.

5 LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE/AP

5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS - ESCUTA A COMUNIDADE

5.1.1 TEMA 1 – Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Bailique

Objetivo: Identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento de segmentos Mulher, capacitação e recursos naturais.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS - FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS - FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Bailique está localizado em uma região estuarina que contém espécies de alto valor ambiental e comercial;• Riqueza de cenários naturais;• É um campo da Bioeconomia;• Manejo sustentável do açaí nativo;• Iniciativa de manejo de açaí certificado;• Diversidade de sementes oleaginosas;• Embrapa tem trabalho continuado em boas práticas de oleaginosas e açaí;• O Arquipélago do Bailique tem a possibilidade de desenvolver o manejo de açaí nativo da região;• Entrepasto registro da produção do açaí.	<ul style="list-style-type: none">• Sucateamento do escritório da extensão Rural no Bailique;• Ausência de bases físicas adequadas ao apoio logísticos das instituições do setor rural (Amapá Terras, RURAP, SEMA e DIAGRO);• Fenômenos das Terras caídas, que modificam a paisagem provocando degradação ambiental, principalmente no que concerne a Unidade Conservação de gestão estadual REBIO do Parazinho;• A geodiversidade tem sido intensificada e pode levar a degradação e até mesmo à perda do patrimônio natural;• Problemas ambientais - salinidade da água;• Sem estudo específico sobre os fenômenos ambientais, lacunas de conhecimento dos recursos naturais;• Isolamento geográfico;• Falta de informação sobre o estoque, localização, dados sobre produtividade, sementes oleaginosas;• Vulnerabilidade geomorfológica e hídrica;• Ausência de capacitação do setor produtivo;• Logística, custo alto para o desenvolvimento das atividades;• Escassez de condições básicas dos moradores com dificuldades para continuidade de projetos implementados;• Falta de acompanhamento contínuo do governo das ações no Bailique;• Desconhecimento da real capacidade de produção do açaí e os outros não madeireiros;• Agregar valor aos produtos oleaginosos.

IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- O Governo não vem à comunidade e faz política pública distante da realidade das comunidades;
- Barco da extensão rural não funciona;
- O governo fez um Projeto do Barco Itinerante que não deu certo, é importante deixar o escritório em um local fixo, com mais de um técnico e pessoas para o atendimento diário. Um escritório bem equipado com transporte e material para o extensionista fazer visitas;
- Incentivo às mulheres produtoras, aqui tem muita mulher que está em sua produção, ajudam seus maridos ou estão sozinhas como chefes de família;
- Que o Governo esteja presente também nas pequenas comunidades, com todo o seu serviço, ele só vem nas grandes comunidades, ficamos sem assistência nenhuma;
- Precisamos de cursos, capacitação para produzir, para produção de alimentos;
- Temos que trabalhar de forma sustentável, precisamos ser ensinados sobre sustentabilidade;
- Precisamos trabalhar sabendo o que são tecnologias sociais;
- Credenciar laboratórios (IEPA, EMBRAPA, Universidades) para certificação de produtos da biodiversidade;
- Investir em pesquisas de rastreabilidade e identificador geográfico para os produtos oriundos da bioeconomia do Bailique;
- Investir em pesquisas de reconhecimento e entendimento das forças naturais;
- Projeto de cadeia de desenvolvimento produtivo dentro do território;
- projetos para a Educação Ambiental;
- Projetos para as mudanças climáticas.

II MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO COMUNIDADE (1)

- Estruturação do escritório fixo do RURAP para melhorar a Assistência Técnica ao Produtor (Infraestrutura física, equipamentos e maquinários e mais técnicos extensionistas);
- Projeto de incentivo e preparação das Mulheres produtoras do Bailique;
- Capacitação para produção de alimentos;
- Curso de empreendedorismo;
- Cursos de sustentabilidade;
- Desenvolvimento de tecnologias sociais.

INSTITUIÇÃO (2)

- Estudos sobre os fenômenos naturais e seus impactos à biodiversidade;
- Diagnósticos da sociobiodiversidade;
- Estudo dos potenciais de atividades econômicas sustentáveis e demandas tecnológicas;
- Programa continuado de capacitações e ações dentro das demandas identificadas (empreendedorismo, turismo);
- Certificação de produtos e agregação de valores – através de credenciamento de laboratórios e boas práticas de manejo;
- Investimento em infraestrutura, tecnologia para beneficiamento da produção e agregação de valor do produto in loco;
- Investir em pesquisas de rastreabilidade e identificador geográfico para os produtos oriundos da bioeconomia do Bailique.

5.1.2 TEMA 02 - Pesca, Piscicultura e Carcinicultura

Objetivo: Identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento da pesca, piscicultura e carcinicultura no Arquipélago de Bailique/AP.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Recursos pesqueiros de alto valor econômico • (peixe gurijuba, camarão); • Pesca artesanal visto como uma identidade cultural fortalecida; • Pesca é uma das principais fontes de renda; • Habilidade com o trabalho pesqueiro; • Recurso humano de pescadores muito forte; • Pesca sustentável; • O pescado atende ao mercado local; • Os preços do pescado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desinteresse dos jovens em atuarem como pescadores locais e permanecerem atuando no segmento; • Risco do envolvimento de pescadores com a rota do tráfico de drogas e facções; • Inexistência de infraestrutura no suporte a pesca: portos de embarque e desembarque; • Acesso a gelo de qualidade; • Embarcações com tecnologias atrasadas; • Uso de apetrechos menos seletivos; • Baixa escolaridade dos pescadores; • Mudanças climáticas influenciando diretamente a dinâmica pesqueira; • Ausência no controle e fiscalização sobre a frota pesqueira de outros estados e até de bandeira internacional; • Excesso de fiscalização na área pesqueira para os pescadores de Bailique; • Falta de infraestrutura (geleiras) para armazenar o pescado por mais tempo e, conseqüentemente, perda de valor comercial, devido a perecibilidade do produto; • Ausência de local em condições sanitárias e com tecnologia para beneficiamento, agregando valor ao pescado; • Não tem fábrica de gelo; • Falta de material para pescado (cuba para armazenamento de gelo, malhadeira); • Fabrica de gelo desativada e em processo de sucateamento; • Ausência de um ponto apropriado para atividade de venda do pescado (feiras) • Excesso de atravessador.

IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- Falta de gelo para o armazenamento do peixe e camarão;
- Precisamos beneficiar o pescado e o camarão;
- Os pescadores do Bailique estão indo para outras colônias de município do Amapá;
- Precisamos ter incentivos para compra de instrumentos e embarcações de pesca;
- Compras de motor rabetas de alumínio para ajudar no deslocamento;
- O Governo do Estado deveria comprar o produto para fornecer às escolas;
- É importante assistência técnica para produção do camarão;
- Os órgãos devem incentivar tecnologia na produção de pesca, um exemplo foi o que aconteceu no Matapi, que evita pegar camarão pequeno, tecnologia da Embrapa;
- Reduzir a burocracia com uma lista imensa que o produtor de peixe não vai atender.
- Na SEMA é tanta exigência para o produtor de pescado que, antes de começar, tem que fazer o Estudo de Impacto ambiental, cujo preço é tão alto que o produtor desiste;
- Fazer um processo mais simplificado na SEMA para licença ambiental dos tanques de peixes;
- Bailique é um polo de distribuição de peixes e camarão, portanto deveria ser valorizado; Tecnologias para o setor pesqueiro de Bailique;
- Criação de Tanques de Piscicultura;
- Projetos de manejo do camarão;
- Organização da cadeia produtiva da gurijuba, com foco na goma e outros subprodutos;
- Conhecer o estoque pesqueiro e a partir disso organizar a cadeia de valores;
- Ordenar a pesca através de dispositivos legais mais atualizados e eficazes;
- Construir uma balsa com câmara frigorífica (ferribout);
- Câmera fria para armazenamento de gelo; Energia solar para pesca;
- Estruturação de cooperativas (Comitê gestor: SEPAQ, MPE, COOPENAT, Marinha e OCB);
- Regramento para concessão;
- Kit pesca camarão sustentável;
- Aquisição de catraia de 6 metros com motor rabeta;
- Repovoamento (Embrapa, SEPAQ, SEMA e Comunidade).

II - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO COMUNIDADE (1):

- Construção da fábrica de gelo; Estruturação de câmaras frigoríficas;
- Equipamento para pesca artesanal (moto, embarcação, rede de pesca e espinhel);
- Aquisição de embarcações;
- Barco para escoar melhor a produção;
- Construção de um lugar para tratar o pescado;
- Polo de distribuição de material de pesca;
- Construção de feira de pescado;
- Projetos de estímulo a compras governamentais da produção;
- Projeto de fomento à piscicultura;
- Projetos de tecnologias nos apetrechos de pesca; Criação e construção de tanques de piscicultores;
- Reduzir a burocracia na SEMA e ou SEMMAS para o acesso a licença ambiental;
- Fornecer gelo para o pescador da costa.

INSTITUIÇÕES (2):

- Curso de capacitação de questões ambientais, regularização e fomento aos estaleiros, reparo de maquinários;
- Desenvolver as habilidades dos trabalhadores para aumento da produção das atividades da pesca;
- Aquisição de Kit pesca camarão sustentável, com Catraio de 6m/ motor rabeta completo;
- Desenvolvimento de larvicultura no Distrito;
- Aquisição de câmara fria para armazenamento de gelo (com energia solar);
- Fortalecimento de Cooperativas de Pesca locais;
- Fortalecimento de comitê gestor de pesca, com diversos órgãos como: SEPAQ, MPE, COOPENAT, Marinha;
- Projeto para beneficiamento do pescado.

5.1.3 TEMA 03 - Cultura e Turismo

Objetivo: Identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento da cultura e turismo no Arquipélago do Bailique/AP.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS - FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS - FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Artesanato – presença de diversidade de recursos naturais para a confecção (sementes, escama de peixe); • Possibilidade de geração de renda para mulheres através da prática do artesanato; • Vida ribeirinha é forte; • Religiosidade do povo; • Dança típica; • Artesanato e música; • Belas paisagens, um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo; • Incentivar o turismo de base comunitária, ecoturismo, turismo de observação de aves/fauna; • A comunidade possui forte ligação com o tema da gastronomia, culinária local, artesanato, literatura oral, mestres dos saberes e ofícios e outras manifestações artísticas e da cultura popular. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento da existência de recursos e como convertê-los em produtos artesanais; • Baixa capacidade de recursos turísticos para comunidade; • Logística para chegar às comunidades é difícil; • Ausência de política de turismo e cultura para Bailique; • Distância da sede do município para levar os turistas.

IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- Trabalhar para que as pessoas possam visitar Bailique, pois quando falam daqui as pessoas tem medo de vim, ou dizem que aqui não tem nada. Isso atrapalha a visita;
- A Escola Bosque era um atrativo turístico, então precisa trabalhar o retorno dela para melhorar a educação sustentável e atrair turistas;
- Organizar a comunidade e os comércios para receberem os visitantes;
- A comunidade da Vila Progresso hoje tem muita gente, mas os comerciantes fecham sem dar atenção a esse comprador;
- No Bailique, há um tempo atrás, foi formado o guia local, e eu era um, aí o programa se perdeu;

- Capacitar a comunidade para operar cadeia do turismo (hospedagem, alimentação, condução de turistas);
- Desenvolver estrutura turística (embarcações com condutores para turistas, locais para hospedagem, locais para alimentação);
- Trazer a Escola Bosque com metodologia socioambiental;
- Fazer um Hotel Bosque em Bailique;
- Valorizar a Reserva Biológica que está esquecida;
- Valorizar o potencial natural turístico de Bailique;
- Fazer o turismo ecológico de base comunitária;
- Ajudar a comunidade a receber os visitantes;
- Capacitação aos moradores;
- Fomento ao turismo ecológico;
- Realizar diagnóstico da oferta turística e levantamento de atores para capacitação para operarem essa cadeia – SETUR;
- Capacitações de cursos de artesanato, pela Secretaria de Empreendedorismo do Estado do Amapá – SETE;
- Cursos de qualificação técnica conforme demanda da comunidade Secretaria de Empreendedorismo do Estado do Amapá – SETE;
- Criação de hospedagem flutuante;
- Inventário turístico e cultural da região do Bailique;
- Cursos de capacitação no setor produtivo na economia criativa;
- Criar Festival da Foz do Amazonas para fomentar a cultura ribeirinha;
- Criar fórum de gastronomia ribeirinha;
- Moda sustentável;
- Capacitação para o condutor local;
- Fazer o diagnóstico do cenário real dos residentes do Bailique.

II MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO COMUNIDADE (1):

- Projeto de valorização do potencial ecoturístico do Bailique;
- Projeto de preparação da comunidade para recepção do turista e visitantes;
- Projeto turístico de base comunitária no Bailique;
- Projeto de estruturação de pousada para acomodação do visitante, estrutura de acomodação, hospedagem;
- Valorizar a Reserva Biológica.

INSTITUIÇÃO (2):

- Inventário turístico e cultural da região do Bailique;
- Cursos de capacitação no setor produtivo na economia criativa;
- Criar o festival turístico e cultural da Foz do Amazonas para fomentar a cultura ribeirinha;
- Desenvolver projetos turísticos e sustentáveis;
- Projeto de organização do trade em Macapá para tornar Bailique uma rota de atração do ecoturismo.

5.1.4 TEMA 04 - Fruticultura e Produtos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros e Agricultura Familiar

Objetivo: Tem como finalidade a identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento fruticultura e produtos florestais madeireiros e não madeireiros e agricultura familiar nos Arquipélago do Bailique/AP.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS - FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS - FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de frutas; • Agricultura familiar; • Corpo técnico especializado do governo entre os entes apoiadores; • Experiência dos órgãos de governo em atuar na região; • Riqueza da biodiversidade (açai e oleaginosas); • Articulação com as instituições do Setor Econômico do Amapá (AMAPÁ TERRAS, SEMA IEPA E SETEC); • IG – Açai no Limão do Curuá; • Projetos verticalização da fruticultura; • Projeto construção de agroindústria; • Secretaria – SDR em Bailique. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dissociação de ações entre os produtores; • Falta de condições básicas dos moradores com dificuldades para continuidade de projetos implementados; • Dificil acesso a escoamento de produção; • Falta de energia para conservação da produção; • Perda de frutas por falta de preparo adequado; • Falta trabalhar o escoamento da produção.

IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- Bailique é um polo de produção de frutas;
- Fomentar a produção e escoamento das polpas de frutas;
- Temos grande produção, mas por falta de infraestrutura, temos que jogar fora;
- Precisamos de incentivo para agregar valor à produção internamente para potencializar a produção de Bailique;
- Com a chegada da água salgado, nossa produção vai toda embora, estraga, seca, não temos como irrigar;
- CAESA e RURAP deviam se unir para trazer tecnologia na produção agrícola e de hortaliça;

- Temos diversos tipos de produtos mel, óleos, açaí, pesca, frutas (graviola, maracujá, cupuaçu, taperebá) como fazer isso na cadeia produtiva;
- Projetos precisam ser feitos para ajudar as cadeias produtivas a serem um potencial;
- A produção de fruta das mulheres precisa de ajuda para agregar valor, por viagem se consegue fazer 500 a 600 kg, mas a maioria estraga, jogamos tudo fora;
- Incentivar os projetos agroextrativista do açaí e banana;
- Profissionalizar os produtos não madeireiros;
- Fortalecimento do Programa de Produção Integrada - PPI na região;
- Kit bateadeiras de açaí e outros itens para ganho de produtividade;
- Capacitação em licitação;
- Agroindústrias – Projeto de licitações (Amazonbai);
- Fortalecimento de projetos da agricultura familiar;
- Doar Kit de irrigação;
- Implantar a patrulha agrícola;
- Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- Viveiros para produção de mudas florestais;
- Viveiros industriais florestais;
- PPI fortalecimento dos agricultores.

II - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO COMUNIDADE (1):

- Melhoria na logística de escoamento da produção;
- Sistema de irrigação para agricultura e hortaliças;
- Fábrica de gelo para fruticultura (recuperar a que existe e compra de mais duas);
- Projetos de captação de recursos a fruticultura;
- Projeto de uma agroindústria de frutas; Fomento do manejo de açaí.

INSTITUIÇÃO (2):

- Fortalecimento das cooperativas e associações;
- Serviços de consultorias voltadas para legislação e mapeamento da produção;
- Profissionalização da produção não madeireiros para criação de marca e agregação de valor aos produtos;
- Produção de mudas por meio de viveiros industriais (contínuo);
- Implantar o projeto mulheres produtoras do Bailique.

5.1.5 TEMA 05 - Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável

Objetivo: Identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento de segmentos como, por exemplo, acesso a água potável, resíduos sólidos, esgoto, drenagem urbana, energias modal, telecomunicação, etc., no Arquipélagodo renováveis, transporte, Bailique/AP.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS - FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS - FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos estruturantes para construção de passarelas e escolas; • Cisternas para captação de água da chuva; • Captação de água pluvial; • Construção de cisternas para armazenamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de saneamento; • Falta de energia elétrica; • Sistema de água deficitário; • Saneamento básico deficitário; • Falta de comunicação via internet; • Logística dificultosa e cara.

IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- Distribuição e ampliação do acesso à energia elétrica;
- É importante um novo sistema de fornecimento de energia;
- Estabilizar o fornecimento de energia;
- Sistema de energia solar mais abrangente;
- Que o governo estimule a instalação de energia solar, mas que permaneça o gerador de energia;
- Construção de passarelas de concreto para locais que não tem o fenômeno das terras caídas;
- Bailique não tem problema de água doce, são 8 meses que tem essa água, o problema é a falta de local para armazenamento da água doce para atender o período de salinização e também um sistema de água isolado nas comunidades;
- Ampliação do sistema de abastecimento de água doce;
- Ampliação do sistema de armazenamento de água, o governo traz água, mas não temos onde guardar;
- Se tivéssemos cada família uma caixa de 5 mil litros, talvez essa fosse a solução para o período de salinização;

- O custo da compra de gelo é muito alto, se tivéssemos as fábricas para abastecimento local poderíamos melhorar a produção em todo o tipo de produto. Também ser fornecedor para quem vem pescar na costa;
- Se fizer gelo aqui vai ter produção;
- A fábrica de gelo está parada;
- Consumo de água para a população e produção fica comprometido pela salinização em um período do ano;
- Melhorar a comunicação da telefonia móvel e de internet;
- Unidade de saúde fluvial;
- Instalação de Estação de Energia;
- Fabricação de gelo.

II - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO COMUNIDADE (1):

- Projeto de reativação da escola Bosque;
- Sistema de energia elétrica alternativo (Placa Solar);
- Sistema de abastecimento de água (poços ou caixa d'água por residência);
- Construção de cisternas;
- Construção de passarelas de concreto;
- Sistema de comunicação de internet;
- Projeto de dessalinização da água;
- Distribuição de caixa de água por família;
- Projeto Habitacional Moradia;
- Instalação de telefonia móvel e fixa.

INSTITUIÇÃO (2):

- Ambulancha – SAMU;
- Estação de energia;
- Internet via satélite;
- Sistema de água;
- UBS fluvial;
- Capacitação técnica;
- Fábrica de gelo;
- Porto flutuante.

5.1.6 TEMA 06 - Governança com Foco na Formação de Parcerias e Participação Social

Objetivo: Identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento de temática de gêneros, capacidade governativas, capacitação dos municípios, organizações sociais, defesa civil, etc., no Arquipélago Bailique/AP.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS - FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS - FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Existe em algumas comunidades o Protocolo Comunitário; • União entre a população da comunidade Bailique; • Fortalecimento das cooperativas; • Fortalecimento das organizações sociais, com participação social e promoção de parcerias; • Existência de entidades formais para o associativismo e cooperativismo; • Predisposição comunitária à organização; • Interesse dos servidores dos órgãos em participar dos projetos; • Qualidade do governo em dar assistência; • Interesse do TJAP em alcançar a comunidade com seus serviços; • Participação da Secretaria de Política para a Mulher; • Interesse da população em participar de ações governamentais; • Qualidade nas ações de governo na qualificação da população; • Projeto voltadas para a fortalecimento e geração de renda para as mulheres; • Atuação da Polícia Militar, com atuação em lancha em comunidades de índice elevado a violência doméstica; • Consciência crescente sobre a importância da igualdade de gênero; • Participação ativa da sociedade civil no processo de governança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Descontinuidade de ações e projetos com as mudanças de governo (municipal e estadual); • Organizações sociais pouco fortalecidas; • Falta de projetos de políticas públicas para captação de recursos; • Faltam iniciativas para formular parcerias; • Deficiência na oferta de capacitação para o fortalecimento e a expansão das lideranças; • Organização comunitária deficiente; • Ações pontuais para acessibilidade; • Incentivo do Estado deslocamento; • Baixa capacitação de mulheres; • Falta de rede de atendimento à mulher; • Falta do Conselho da Mulher dentro da comunidade; • Falta de recursos para atuação da Política Militar dentro das comunidades; • Falta de projeto a casa de apoio a mulheres em situação de violência; • Falta de conhecimento, sensibilidade sobre as questões de gênero; • Falta de capacitação para as OSCs; • Falta de oportunidades; • Dificuldade de acesso aos serviços públicos sobre o atendimento à mulher vítima de violência; • Dificuldade da população aos serviços públicos; • Faltam projetos para casa de acolhimento para vítimas de violência doméstica.

IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- A importância da formação de dados confiáveis sobre a produção no Bailique, número de produtores, produtos, quantidade produzida e valor da produção, mais informações sobre o potencial de produção do Bailique, ausência de dados é um problema;
- A energia é um serviço que vai melhorar em todas as áreas e comunidades;
- Os produtores precisam ter conhecimento de como se organizar, seja em cooperativas ou associações, fortalecendo o produtor no empreendedorismo;
- As pessoas que não sabem fazer projetos precisam de ajuda;
- Estruturação da assistência técnica no Bailique;
- O RURAP ajuda a fazer projetos de assistência técnica;
- Procuramos os técnicos do RURAP e não encontramos, só tem 1 em Bailique que trabalha sem condições nenhuma;
- Que os órgãos competentes do Governo do Estado se unam e estejam mais aqui;
- Oportunidade para o mercado institucional do governo;
- Acordo com o Estado para utilização da produção, com compra para maternidade, hospitais e escolas;
- Projeto para captação de recursos, inclusive de Emendas Parlamentares;
- Capacitação para elaboração de Projetos Sociais e formulação de Parcerias;
- Capacitação sobre os mecanismos de parcerias alinhada a Lei nº 13.019/14;
- Empoderamento das OSCs para o Empreendedorismo Social;
- Implantação do projeto líder para a identificação e fortalecimento de lideranças;
- Implantação de projeto para o empreendedorismo feminino;
- Capacitação em associativismo e cooperativismo;
- Programa de incentivo e apoio a organização comunitária;
- Programa de integração dos órgãos governamentais;
- Criar banco de projetos para a Região;
- Parcerias com outros órgãos;
- Construção da Rede de Atendimento à Mulher – RAM;
- Construção de Casa de apoio às vítimas de violência;
- Capacitação para as mulheres;
- Com programas de Governo, para que mulheres não sejam dependentes financeiras de seus agressores e outros;
- Realização de campanha, capacitação e fortalecimento;
- Oferta de programas de capacitação governamentais.

II - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO COMUNIDADE (1):

- Projeto de compras governamentais da produção;
- Estudo sobre a produção das cadeias produtivas do Bailique;
- Projeto de Cooperativismo e Associativismo para comunidade;
- Estruturação da assistência técnica no Bailique;
- Atuação mais presente dos órgãos do governo.

INSTITUIÇÃO (2):

- Projeto de combate à violência contra a mulher
- Fortalecimento do empoderamento feminino (controle de natalidade e independência financeira para a mulher do Bailique);
- Fortalecimento das lideranças para o associativismo e o cooperativismo;
- Fortalecimento da participação social na formulação de políticas públicas local;
- Construção da casa de apoio social;
- Criação do escritório de projeto da comunidade.

5.1.7 TEMA 07 - Regularização Fundiária e Fomento à Produção

Objetivo: Identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento da temática acesso a crédito, fontes de financiamento, assistência técnica, regularização fundiária, etc., no Arquipélago de Bailique/AP.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS - FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS - FRAQUEZAS
<p>FUNDIÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disposição da comunidade em ajudar a efetivação da regularização fundiária. 	<p>FUNDIÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta maior integração dos órgãos do setor fundiário; • Ausência de integração das informações do setor fundiário no Amapá; • Falta de conhecimento do processo de acesso às reservas sobre as questões fundiárias; • A condição fundiária é bem ruim.
	<p>CRÉDITO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa capacidade financeira; • Falta de apoio (financiamento); • Falta de acesso a crédito.

IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- Regularização fundiária dos assentados para garantir acesso aos programas do Governo Federal;
- Curso de capacitação (ambiental, regularização);
- Mapeamento: identificar beneficiários das áreas de assentamento Estadual e Fundiário;
- Estabelecer plano de ação integrado dos órgãos responsáveis;
- Melhoria da infraestrutura da sede do Rurap no Bailique;
- Melhoria da infraestrutura da sede para realização de serviços de regularização fundiária, ATER, licenciamento ambiental;
- O BASA fazer financiamento em mais em condições do produtor Rural de Bailique;
- É necessário recurso direto do BASA;
- Ação integrada e permanente dos órgãos: Amapá Terras, RURAP, SEMA, INCRA e BASA.

II - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO – FUNDIÁRIA: INSTITUIÇÃO (2):

- Regularização Fundiária;
- Diagnóstico, fundiário, documental e ambiental;
- Ação integrada das instituições para regularização fundiária, documental e ambiental;
- Projeto de construção de um banco de dados unificados sobre informações fundiárias das comunidades do Bailique;
- Fortalecimento dos órgãos que executam a política fundiária no Estado;
- O BASA fazer financiamento em mais em condições do produtor Rural de Bailique;
- É necessário recurso direto do BASA;
- Ação integrada e permanente dos órgãos;
- Amapá Terras, RURAP, SEMA, INCRA e BASA. Projeto de incentivo à produção das famílias assentadas;
- Projeto de financiamento a produção em assentamento;
- Projeto preparatório de gestão e educação financeira aos assentados.

III - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO – Acesso ao crédito: COMUNIDADE (1):

- Trabalhar a política de crédito na regulamentação mais acessível;
- Orientação ao crédito ao empreendedor e comunidade;
- Melhorar as condições de acesso ao crédito na logística de atendimento;
- Ação de atendimento ao crédito no Bailique.

5.1.8 TEMA 08 - Bubalinocultura no Bailique e Criação de Pequenos Animais

Objetivo: identificação de demandas prioritárias para o desenvolvimento do segmento: pecuária leiteira, cadeia do Queijo do Marajó, Bubalinocultura no Bailique e criação de pequenos animais, etc., no Arquipélago de Bailique/AP.

I - MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO

Matriz fofa:

POTENCIALIDADES INTERNAS - FORÇAS	ENTRAVES INTERNOS - FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Escritório local – técnico responsável do DIAGRO atua na região; • Acompanhamento de propriedades/ animais/ trânsito animal; • Protocolo específico para detecção de doenças; • Nivelamento mensal das informações na sede (DIAGRO). 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem recursos orçamentários específicos para atendimento à região; • Ausência de produção verticalizada (registrada na DIAGRO); • Ausência de abatedouro registrado na DIAGRO.

INDICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- DIAGRO incentivar por meio de parcerias a produção de queijo e outros derivados; Incentivar a produção de carne através da inspeção e certificação da DIAGRO; Aumentar o quantitativo de técnicos para uma atuação mais efetiva e eficaz da DIAGRO no Bailique;
- Verticalização da produção de bubalinocultura no Bailique.

II - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO INSTITUIÇÃO (2):

- Aumentar o quantitativo de técnicos para uma atuação mais efetiva e eficaz da DIAGRO no Bailique;
- Incentivar, por meio de parcerias, a produção de queijo e outros derivados;
- Verticalização da produção de bubalinocultura no Bailique;
- Incentivar a produção de carne através da inspeção e certificação da DIAGRO.

6 MATRIZ I - IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS ORGANIZADAS POR SEGMENTO

A Matriz I - Identificação das demandas ocorreu em dois momentos de levantamentos das informações. Primeiro por escuta à comunidade do Arquipélago do Bailique/AP e depois por escuta às instituições públicas, privadas e a sociedade civil que atuam no estado do Amapá.

Com isso, nessa parte do documento, está a consolidação desse material das escutas, unindo as duas informações da comunidade e das instituições, que no total foram 87 demandas levantadas, distribuídas nos 08 segmentos, seguindo o objetivo e a metodologia definida pela SUDAM.

Figura 2 - Arquitetura do levantamento das demandas no Arquipélago do Bailique/AP



Fonte: Seplan.

6.1 DEMANDAS IDENTIFICADAS DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE

TEMA 1 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO - 11

- 1.1 Estudos e conhecimento do território
 - 1.1.1 Diagnósticos da sociobiodiversidade (2);
 - 1.1.2 Estudo dos potenciais de atividades econômicas sustentáveis e demandas tecnológicas (2);
 - 1.1.3 Estudos sobre os fenômenos naturais e seus impactos à biodiversidade (2);
 - 1.1.4 Investir em pesquisas de rastreabilidade e identificador geográfico para os produtos oriundos da bioeconomia (2).
- 1.2 Capacitação de produtores locais - Sudam 1.1 - Fomento a educação com foco na realidade marajoara e do Bailique.
 - 1.2.1 Capacitação para produção de alimentos (1);
 - 1.2.2 Curso de empreendedorismo (1);
 - 1.2.3 Cursos de sustentabilidade (1).
- 1.3 Preparação e fortalecimento sociobiodiversidade local - Sudam 2.1 - Inclusão sócio-produtiva e tecnológica sustentável.
 - 1.3.1 Certificação de produtos - credenciamento de laboratórios e boas práticas de manejo (2);
 - 1.3.2 Investimento em tecnologia para agregação de valor dos produtos florestais (2);
 - 1.3.3 Fortalecimento da Assistência Técnica - Estruturação do escritório fixo do RURAP (1);
 - 1.3.4 Desenvolvimento de tecnologias sociais (1)

TEMA 2 - PESCA, PISCICULTURA E CARCINICULTURA - 17

- 2.1 Incentivo ao fortalecimento institucional do setor pesqueiro (Sudam 2.1 - Organização de cooperativas de Pesca, Piscicultura e Carcinicultura);
 - 2.1.1 Fortalecimento da colônia e cooperativas de Pesca locais (2);
 - 2.1.2 Fortalecimento de Comitê gestor de Pesca (2);
 - 2.1.3 Desenvolver as habilidades dos trabalhadores da pesca para aumento da produção (2);
 - 2.1.4 Reduzir a burocracia na SEMA de licença ambiental (1).
- 2.2 Investimento para ampliação da estrutura produtiva do setor pesqueiro - Sudam 3.3- Implantação de câmeras frigoríficas;
 - 2.2.1 Instalação de câmeras frigoríficas (1);
 - 2.2.2 Construção da fábrica de gelo (1);
 - 2.2.3 Aquisição de embarcações, equipamentos e apetrechos de pesca (1);
 - 2.2.4 Aquisição de Kit pesca camarão sustentável, com Catraio de 6m/ motor rabeta completo (2)
- 2.3 Estruturação da comercialização dos produtos da pesca - Sudam 3.4- Beneficiamento da produção para consumo próprio regional e exportação.
 - 2.3.1 Projeto para conservação e beneficiamento pescado;
 - 2.3.2 Construção de um lugar para tratar o pescado (1);
 - 2.3.3 Projetos de estímulo a compras governamentais da produção da pesca (1);
 - 2.3.4 Construção de feira de pescado (1);
 - 2.3.5 Polo de distribuição de material de pesca (1);
- 2.4 Estruturação da comercialização dos produtos da pesca
 - 2.4.1 Projeto de fomento à piscicultura (1);
 - 2.4.2 Projetos de tecnologias nos apetrechos de pesca (1);
 - 2.4.3 Criação e construção de tanques de piscicultores (1);
 - 2.4.4 Desenvolvimento de larvicultura no Distrito (2)

TEMA 3 – CULTURA E TURISMO - 10

- 3.1 Identificar o potencial turístico do Bailique
 - 3.1.1 Inventário turístico e cultural da região do Bailique (2);
 - 3.1.2 Projeto de valorização do potencial ecoturístico do Bailique (1).
 - 3.1.3 Valorização da Reserva Biológica (1).
- 3.2 Estruturar a cadeia do turismo sustentável no Bailique - Sudam 1.2. Consultorias e assessorias com profissionais para elaboração dos projetos de turismo e cultura (capacitação);
 - 3.2.1 Projeto de organização do trade em Macapá para tornar Bailique uma rota de atração do ecoturismo (2);
 - 3.2.2 Projeto de estruturação de pousadas e hotelaria (1);
 - 3.2.3 Criar o festival turístico e cultural da Foz do Amazonas (2).
- 3.3 Potencialização da comunidade local - Sudam 1.1 1.1. Planos de desenvolvimento de base comunitária das regiões turísticas das florestas dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP;
 - 3.3.1 Projeto de preparação da comunidade para recepção do turista e visitantes (1);
 - 3.3.2 Cursos de capacitação no setor produtivo na economia criativa (2);
 - 3.3.3 Desenvolver projetos turísticos e sustentáveis (2);
 - 3.3.4 Projeto turístico de base comunitária no Bailique (1);

TEMA 4 - FRUTICULTURA E PRODUTOS FLORESTAIS MADEIREIROS E NÃO MADEIREIROS E AGRICULTURA FAMILIAR - 11

- 4.1 Incentivar a estrutura de governança coletiva no Bailique
 - 4.1.1 Fortalecimento das cooperativas e associações (2);
 - 4.1.2 Serviços de consultorias voltadas para legislação e mapeamento da produção (2);
 - 4.1.3 Profissionalização da produção não madeireiros para criação de marca e agregação de valor aos produtos (2).
- 4.2 Fortalecer o escoamento e comercialização dos produtos - Sudam 1.1 1.1- Agricultura Familiar: Capacitação dos técnicos das prefeituras, associações, cooperativas e produtores locais. Melhoria no escoamento da produção (problema dos atravessadores);
 - 4.2.1 Melhoria na logística de escoamento da produção (1);
 - 4.2.2 Projetos de captação de recursos a fruticultura (1);
 - 4.2.3 Implantar o Projeto Mulheres Produtoras do Bailique (2).
- 4.3 Inovar a estrutura produtiva dos produtos sustentáveis - Sudam 2.2- Fruticultura: Agroindustrialização e verticalização da produção; Resgate de espécies frutíferas nativas do Marajó;
 - 4.3.1 Sistema de irrigação e tecnologia para agricultura e hortaliças (1);
 - 4.3.2 Projeto de uma agroindústria de frutas (1);
 - 4.3.3 Produção de mudas por meio de viveiros industriais (contínuo) (2);
 - 4.3.4 Fomento do manejo de açaí (1);
 - 4.3.5 Fábrica de gelo para fruticultura (1).

TEMA 5 - INFRA ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - 17

- 5.1 Saneamento Básico
 - 5.1.1 Sistema de abastecimento de água (poços ou caixa d'água por residência) (1, 2);
 - 5.1.2 Construção de cisternas (1);
 - 5.1.3 Projeto de dessalinização da água (1);
 - 5.1.4 Distribuição de Caixa d'água por família (1).
- 5.2 Infraestrutura urbana e social - 13
 - 5.2.1 Construção de passarelas de concreto (1);
 - 5.2.2 Ambulância – SAMU (2);
 - 5.2.3 UBS Fluvial(2);
 - 5.2.4 Reativação da Escola Bosque (1);
 - 5.2.5 Projeto Habitacional Moradia (1);

- 5.3 Infraestrutura produtiva - Sudam 2.1- Construção de terminais portuários e de cargas;
 - 5.3.1 Porto Flutuante (2);
 - 5.3.2 Fábrica de Gelo (2);
 - 5.3.3 Fornecer gelo para o pescador da costa (1).
- 5.4 Comunicação - Sudam 3.1. Concessão de linhas de fibra ótica para empresas ou iniciativas de projetos que visem levar internet para comunidades sem acesso;
 - 5.4.1 Internet via satélite;
 - 5.4.2 Sistema de comunicação de internet (1);
 - 5.4.3 instalação de telefonia móvel e fixa (1).
- 5.5 Energia renovável - Sudam 1.1. Projeto Conexão Povos da Floresta – conectividade para comunidades isoladas/distantes e povos tradicionais (incluindo kits de energia com fotovoltaica);
 - 5.5.1 Sistema de energia elétrica alternativo (Placa Solar) (1);
 - 5.5.2 Estação de energia (2).

TEMA 6 - GOVERNANÇA COM FOCO NA ORMAÇÃO DE PARCERIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL - 10

- 6.1 Incentivo à proatividade institucional da comunidade - Sudam 1.1. Fortalecimento dos instrumentos e mecanismos de participação social. - 10
 - 6.1.1 Fortalecimento das lideranças para o associativismo e o cooperativismo (1);
 - 6.1.2 Fortalecimento da participação social na formulação de políticas públicas local (2);
 - 6.1.3 Fortalecimento do empoderamento feminino (2).
- 6.2 Inovação da Governança pública do Bailique
 - 6.2.1 Projeto de compras governamentais da produção (2);
 - 6.2.2 Estruturação da Assistência técnica no Bailique (1);
 - 6.2.3 Atuação mais presente dos órgãos do governo (1);
 - 6.2.4 Estudo sobre a produção das cadeias produtivas do Bailique (1);
- 6.3 Estruturar políticas inclusivas
 - 6.3.1 Projeto de combate à violência contra a mulher (2);
 - 6.3.2 Construção da casa de apoio social (2);
 - 6.3.3 Criação do escritório de projeto da comunidade (2).

TEMA 7 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FOMENTO Á PRODUÇÃO - 14

7.1 Questão Fundiária

7.1.1 Organização institucional e normativo da política fundiária no Bailique - Sudam 7

7.1.2 Representação institucional nos municípios do Marajó dos órgãos de regularização fundiária;

7.1.1.1 Ação integrada das instituições para regularização fundiária, documental e ambiental (2);

7.1.1.2 Fortalecimento dos órgãos que executam a política fundiária no Estado (2).

7.1.2 Estruturação do banco de informações fundiário do Bailique

7.1.2.1 Diagnóstico, fundiário, documental e ambiental (2);

7.1.2.2 Projeto de construção de um banco de dados unificados sobre informações fundiárias das comunidades do Bailique (2);

7.1.3 Projetos de incentivos à produção

7.1.3.1 Projeto de incentivo a produção das famílias assentadas (2);

7.1.3.2 Projeto de financiamento a produção em assentamento (2);

7.1.3.3 Projeto preparatório de gestão e educação financeira aos assentados (2).

7.2 Fomento ao crédito

7.2.1 Atendimento ao crédito - Sudam 3.2. Expansão das agências e instituições financeiras de fomento.

7.2.1.1 Orientação ao crédito ao empreendedor e comunidade (1);

7.2.1.2 Melhorar as condições de acesso ao crédito na logística de atendimento (1).

7.2.1.3 Ação de atendimento ao crédito no Bailique (1).

7.2.2 Implementar normas de crédito

7.2.2.2 Trabalhar uma política de crédito na regulamentação mais acessível (1);

7.2.2.3 O BASA fazer financiamento em mais em condições do produtor Rural de Bailique (2);

7.2.2.4 É necessário recurso direto do BASA; (2)

7.2.2.5 Ação integrada e permanente dos órgãos; Amapá Terras, RURAP, SEMA, INCRA e BASA (2)

TEMA 8 - BUBALINOCULTURA E CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS - 4

8.1 Melhorar a estrutura de governança pública

8.1.1 Aumentar o quantitativo de técnicos para uma atuação mais efetiva e eficaz da DIAGRO no Bailique (2);

8.1.2 Incentivar a produção de carne através da inspeção e certificação da DIAGRO (2);

8.2 Fortalecer a produção animal

8.2.1 Incentivar por meio de parcerias a produção de queijo e outros derivados (2);

8.2.2 Verticalização da produção de bubalinocultura no Bailique (2).

7 PARCEIROS E APOIADORES

7.1 PARCEIROS E APOIADORES

As parcerias e apoiadores da etapa de levantamento das demandas, no primeiro momento, estão sendo identificados pelas instituições que contribuíram no processo de escuta, podendo esse número aumentar considerando as tratativas do MIDR, SUDAM e GEA que devem ocorrer ao longo da implementação do Plano.

SIGLA	INSTITUIÇÕES FEDERAL
BASA	Banco da Amazônia
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
MARINHA DO BRASIL	Marinha do Brasil
MDA/AP	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAIS	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFA/AP	Superintendência de Agricultura e Pecuária
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SIGLA	INSTITUIÇÕES ESTADUAL
AGÊNCIA AMAPÁ	Agência Amapá
CBMAP	Corpo de Bombeiro Militar
CEDEC/AP	Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil
DIAGRO	Agência de Defesa Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá
GABGOV	Gabinete do Governador do Estado do Amapá
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
PMAP/BA	Polícia Militar do Amapá - Batalhão Ambiental
RURAP	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPAQ	Secretaria da Pesca e da Aquicultura do Amapá
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SEPM	Secretaria de Estado de Política para as Mulheres
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SETE	Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo
SETEC	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SIMS	Secretaria de Inclusão e Mobilização Social

SIGLA	INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
AMAZONBAI	Cooperativas dos Produtores Agroextrativista do Bailique e do BeiraAmazonas
Cooperativa de Pesca	Cooperativa de Pesca

8 GESTÃO ESTRATÉGICA

A gestão estratégica acontecerá nas fases de implementação, monitoramento e avaliação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP. Serão as iniciativas que a gestão tomará para atender a governança e a governabilidade do instrumento. Sendo assim, as iniciativas serão: 1) a efetivação de um plano básico de captação de recursos aos projetos prioritários apontados neste levantamento; 2) a elaboração de uma matriz de indicadores e metas para iniciativas de acompanhamento e monitoramento do Plano na fase de captação e nos resultados dos objetos dos projetos prioritários; e 3) a implementação do Plano de Monitoramento e Avaliação contendo um plano de ação com medidas e responsáveis por cada etapa do Plano.

8.1 MATRIZ DE INDICADORES

Sugere-se a construção de uma matriz de indicadores do plano, que estarão para avaliar a captação de recursos por objeto dos projetos prioritários e seus impactos no resultado de cada projeto.

Indicador de Captação de Recursos:

- Valor dos recursos captados por temática do Plano;
- Percentual de projetos do Plano que captaram recursos.

Indicador de impacto dos objetos dos projetos do Plano:

- Número de famílias de baixa renda atendidas;
- Número de produtores rurais atendidos;
- Percentual de áreas cultivadas em relação ao período anterior;
- Valor da produção em relação ao período anterior.

8.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação são componentes cruciais na gestão de qualquer plano, programa ou projeto, seja ele público ou privado. Segundo o Guia Prático de Análise Ex-ante de Políticas Públicas (BRASIL, 2018a), o processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas gera a informação necessária para verificar desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução. Por monitoramento entende-se o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política. Esta visão em tempo real do desempenho é vital para evitar desperdícios de recursos e para maximizar o impacto das ações implementadas.

A avaliação, por outro lado, oferece uma análise mais profunda e retrospectiva. Segundo Brasil (2018a), a avaliação envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política, no sentido de melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção. Trata-se de informação mais aprofundada e detalhada sobre o funcionamento e os efeitos da política. Ela é essencial para compreender questões como os desafios enfrentados, e medição de eficiência, eficácia e efetividade das ações realizadas, avaliando se os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos iniciais. Assim, a avaliação contribui para a maior compreensão do curso das ações, permitindo que lições sejam aprendidas e aplicadas em futuras iniciativas. Além disso, a avaliação desempenha um papel crucial na prestação de contas aos atores envolvidos no processo, justificando o uso de recursos e reforçando a transparência nas ações.

Assim, sugere-se uma gestão estratégica do plano no Amapá que atuará de forma efetiva para assegurar a eficiência do Plano, com isso instituirá algumas medidas como:

- Implantação de um comitê gestor estadual de monitoramento e avaliação do Plano;
- Os projetos do Plano ficarão na responsabilidade da SEPLAN, inseridos no portfólio de projetos do Estado, para fazer a gestão da captação de recursos;
- Serão realizadas reuniões periódicas com o comitê gestor estadual para, acompanhamento da implementação do plano, avaliação da captação de recursos e avaliação dos impactos dos projetos prioritários.

9 CONCLUSÃO

O Governo Federal, pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, vem atuando para reduzir a desigualdade, melhorar os indicadores sociais e aumentar o nível de renda e emprego na Amazônia. A SUDAM, em suas intervenções para o desenvolvimento da Amazônia Legal, implementa planos e programas em regiões de baixo indicadores e com pouco desempenho econômico e social, para que esses espaços possam melhorar as condições de dignidade e atender os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Está previsto pela SUDAM a implementação das demandas prioritárias pelo Governo Federal, no orçamento de 2024 a 2027, com destinação de recursos financeiros dos Ministérios, fundos de financiamento e por emendas parlamentares nos planos PPA, PNDR e PDA para atender essas regiões que apresentam desafios e gargalos com situação de pobreza e baixo IDH, que requerem ação planejada e esforços conjuntos envolvendo diferentes atores.

O Bailique, distrito da capital amapaense, é um desses espaços amazônicos, que enfrenta não só a pobreza social, mas também as consequências dos impactos ambientais. Com a intensificação dos fenômenos naturais que estão agravando a permanência da população em algumas comunidades, a vida se torna mais difícil para projetar expectativas econômicas e boa moradia. A salinização da água, as terras caídas, o assoreamento de rios são alguns desses intempéries naturais, que distanciam a comunidade de fixar suas residências e melhorar sua produção.

No Arquipélago do Bailique, a SUDAM e o Governo do Estado, com a participação da comunidade e instituições públicas e privadas, levantaram os problemas e as potencialidades que se transformaram em identificação de demandas para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos Marajó no Pará e Bailique no Amapá. Esse levantamento resultou no total de 87 demandas, que despertou esperança e criou expectativas de mudanças as comunidades do Bailique.

As demandas estão consolidadas como forma de atender diferentes frentes para o desenvolvimento da região. Os impactos dessas demandas, quando implantadas, serão para reduzir a desigualdade, garantir a segurança alimentar, a geração de emprego e o aumento do nível de renda e as demais metas que estão direcionadas nos ODS.

As recomendações apontadas neste documento de identificação das demandas vieram da comunidade para os governo Federal e Estadual quando no processo de escuta externaram, que:

- O governo não esqueça dessa empobrecida comunidade;
- Que a ajuda do governo venha para todo o Bailique e não apenas para as comunidades mais povoadas;
- Que não seja só ilusão, que de fato façam alguma coisa por eles.

As recomendações técnicas são para efetivação do plano considerando o processo de monitoramento e controle, com a instalação de um Comitê de Gestão Estratégica que estejam os governos, Federal e Estadual, a sociedade civil e a comunidade do Bailique. A participação desses atores será fundamental para a efetiva execução do plano e sua entrega a comunidade.

10 REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Secretaria de Planejamento. **Projeto seminário identificando demandas prioritárias para o desenvolvimento sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP**. Macapá: SEPLAN, 2023.

AMAPÁ. Secretaria de Planejamento . **Relatório Técnico de Escuta a Comunidade do Bailique: identificando demandas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do arquipélago do Bailique**. Macapá: SEPLAN, 2023.

BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. *In*: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRASIL. Escolas em Bailique. <https://escolas.com.br/brasil/ap/macapa/bailique>. Acesso: 10/12/2023

CADERNOS DE AGROECOLOGIA, v.13, n.1, jul. 2018. (Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF)

CAESA. Relatório do Bailique. Macapá, 2023.

EULER, A. M. C; JEAN, G. I. Diagnóstico socioeconômico e do sistema de agricultura tradicional praticado na comunidade Arraiol do Bailique (Amapá). Macapá: EMBRAPA, 2018.

IBGE. **Contas Regionais**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2023.

IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/historico>. Acessado: 10/12/2023.

IBGE. **Pesquisa Estimativa da População**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2022.

INEP. **Anuário Escolar**, 2023.

11 ANEXOS

Anexo1 - Levantamento de documentos sobre o Arquipélago do Bailique

Documento	Órgão	Ano
Relatório Social de Atividade de Campo – Distrito do Bailique – agosto de 2023.	Caesa	2023
Relatório Técnico Referente nº 050/2023 – do Arquipélago do Bailique, da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.	Defesa Civil/ CEDEC/AP	2023
Relatório Técnico do 1º Diagnóstico Socioeconômico dos beneficiários do projeto “Fortalecimento da cadeia produtiva do açaí” Região do Beira Amazonas, municípios de Macapá e Itaubal.	Rurap	2023
Programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia – PROECUTUR	SETEC	2002

Anexo 2 - Levantamento de projetos institucionais em 2023 que estão sendo executados no Bailique

Projetos executados em Bailique pelas instituições				
		Instituição	Objetivo projeto	Comunidade
1	AMAPÁ TERRAS	Amapá Terras	As diversas ilhas do arquipélago do Bailique possuem Projetos de Assentamentos estaduais gerenciadas pelo Instituto de Terras do Estado do Amapá (Amapá Terras), atualmente estamos trabalhando na construção do Plano de Desenvolvimento e Recuperação do Assentamento (PDRA), já realizados os levantamentos de campo do Projeto de Assentamento Ilha do Franco e Ilha do Brigue. O PDRA irá possibilitar atualizar a Relação de Beneficiários da reforma agrária destes assentamentos, identificar as atividades de exploração sustentável possíveis, identificar às necessidades existentes, além de possibilitar a regularização fundiária dos assentados, através de Concessão de Reconhecimento de Uso (CDRU) coletiva, por se tratar de assentamentos coletivos de uso sustentável	Em todas as Ilhas do Arquipélago, sendo que no ano de 2023 foram realizadas as ações de campo nas Ilhas do Franco e Brigue
2	BASA	Banco da Amazônia	Financiamento de atividades produtivas da agricultura familiar com objetivo de geração de renda, ocupação de mão de obra no campo e impacto na economia local	Em todo arquipélago
3	SPM	Centro de Referência em atendimento a Mulher - Secretaria de políticas para as Mulheres	Participação na jornada itinerante fluvial do Tribunal de justiça, levando acessibilidade à justiça, saúde mental e assistência social	Vila progresso, Jaranduba, Itamatatuba, Jaburuzinho, Limão do Curuá e Ipixuna Miranda
4	CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá	Distribuição de kits de água potável e distribuição de água potável, estudos socioeconômico com cadastro de famílias, e montagem de equipamentos de dessalinização das águas do Rio. Objetivo reduzir os impactos do desabastecimento da água, melhorar a qualidade de vida dos moradores e reduzir problemas de saúde causados pela contaminação das águas	Atinge 100% o Distrito do Bailique. 4 ilhas e 64 comunidades.
5	AMAZONBAI	Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas	Programa Amapá de desenvolvimento de cadeias de valor da sociobiodiversidade. Tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores através do desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí por meio do cooperativismo	Em todo o Bailique
6	EMBRAPA	Embrapa Amapá	Apoio à extração de processamento dos óleos das espécies da floresta (pracaxi, andiroba, etc); Manejo de açazais nativos; Viveiros comunitários de espécies florestais, fossa séptica biodigestora para áreas alagadas, produção de fruticultura na várzea	Limão do Curuá e Progresso
7	RURAP	Instituto de Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP	Assistência Técnica ao Produtor Rural (processo produtivo, documentação e acesso ao crédito)	Em todo o território do Arquipélago do Bailique
8	RURAP	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá		
9	RURAP	Rurap	Assistência técnica, objetivo sustentabilidade	Localidade do Bailique
10	SEBRAE	Sebrae	IG do açaí do Bailique / Apoio às mulheres do Limão do Curuá com a comercialização do óleo de pracaxi	Limão do Curuá e Arraiol
11	SEPAQ	Secretaria da pesca e aquicultura do amapá	Projetos ainda em vias de desenvolvimento que abarcam a possibilidade de fomentar a princípio a infraestrutura pesqueira com renovação de frota (maior tecnologia de competição)	Ainda sem público definido
12	SEPM	Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres	Rede de Atendimento à Mulher, objetivo de dar o apoio e suporte para essa mulher	Em Parceria com a Coordenadoria de Mulher, oferecendo técnicos para da o suporte no atendimento
13	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá	Gestão da Unidade de Conservação de Proteção Integral Rebio do Parazinho	Na localidade da Ilha do Parazinho
14	SIMS	Secretaria de Inclusão e Mobilização Social	Distribuição de Cesta Básica e Água Mineral	Vila Progresso
15	SEPM	Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres	Levamos atendimento para as mulheres vítimas de violência doméstica, em vários âmbitos	Vila Progresso, Jaranduba, Ipixuna, Miranda, Macedônia, Limão do Curuá e Itamatatuba.
16	SETEC	SETEC	Em parceria com a Amazon Biofert	Jangada
17	SIMS	SIMS	Programa Acolher	Em toda a Ilha do Bailique

Anexo 3 – Demandas identificadas do Arquipélago do Bailique

TEMA 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO BAILIQUE

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Diagnósticos da sociobiodiversidade	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI)
	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1178	Dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos sobre a biodiversidade da flora em Unidades de Conservação disseminados
Estudo dos potenciais de atividades econômicas sustentáveis e demandas tecnológicas	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioproductiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
	MAPA	Agropecuária Sustentável	2028	Oferta e acesso a tecnologias, processos e produtos, apropriados à produção orgânica, considerando a transição agroecológica
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI)
	MCTI	Enfrentamento da Energia Climática	1000	Cenários de transição à sustentabilidade, convergindo com cenários globais e particularidades regionais/nacionais
	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1491	Desenvolvimento de tecnologias sociais no país, em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas locais, regionais e nacionais, preferencialmente, em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)
	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1501	Tecnologias sociais desenvolvidas ou apoiadas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI realizadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste
	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1513	Fomento a incubadoras tecnológicas das cooperativas populares
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1514	Projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica com agregação de valor a produtos e serviços das cadeias da biodiversidade
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	615	Atividades econômicas relacionadas a uso público nas unidades de conservação federais ampliadas por meio de publicização
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	669	Apoio às organizações socioproductivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade

TEMA 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO BAILIQUE (continuidade).

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Estudos sobre os fenômenos naturais e seus impactos à biodiversidade	MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	564	Previsões numéricas de tempo, clima sazonal e ambiental operacionais para apoiar a execução e o planejamento de atividades socioeconômicas em cenário de mudança do clima
	MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	585	Sistemas de Informações, em bases científicas, para subsídios à políticas públicas para ações de mitigação e adaptação desenvolvidos, atualizados e disponibilizados
	MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	1028	Indicadores de Risco de Impacto das Mudanças Climáticas em Ambientes Naturais e Distintos Setores Sociais e Econômicos
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	54	Disponibilização de soluções tecnológicas para o enfrentamento da pressão sobre os biomas, da mudança do clima, e para o uso sustentável dos recursos genéticos, das fontes renováveis de energia
	MIDR	Enfrentamento da Emergência Climática	1281	Mapeamento da segurança hídrica na questão dos riscos das mudanças climáticas por meio do desenvolvimento da dimensão mudança climática no índice de segurança hídrica
	MIDR	Enfrentamento da Emergência Climática	1315	Salas de Situação integradas por meio da pactuação do protocolo de integração
	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	598	Monitoramento da implementação dos planos setoriais de mitigação e adaptação (Plano Clima)
	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	616	Projetos, estudos e empreendimentos financiados pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima na modalidade não reembolsável
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	669	Apoio às organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1192	Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira atualizadas
Investir em pesquisas de rastreabilidade e identificador geográfico para os produtos oriundos da bioeconomia	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	1318	Serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na natureza implementados, por meio das áreas verdes urbanas, de forma a contribuir para a mitigação e adaptação à mudança do clima
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1039	Selos Nacionais da Agricultura Familiar (SENAF) concedidos às organizações da agricultura familiar ampliados
	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
Capacitação para produção de alimentos	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	715	Contratos de crédito de custeio no âmbito do Pronaf para a produção de alimentos
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	810	Ampliação do volume de alimentos disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	149	Disponibilização de soluções tecnológicas que reduzam os custos de produção, aumentem a produtividade, assegurem a qualidade, agreguem valor a alimentos e a outros produtos agropecuários, florestais
	MDS	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	841	Mulheres como fornecedoras do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores

TEMA 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO BAILIQUE (continuidade).

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Curso de empreendedorismo	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Empreendimentos, associações e cooperativas solidárias da agricultura familiar estruturadas para produção, agroindustrialização e comercialização
	MDS	Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	1274	Formação Empreendedora
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	611	Fomento para empreendimentos atuarem em cadeias de valor florestal
	MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1752	Integrantes dos empreendimentos de Economia Popular e Solidária formados
	MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1776	Criação de bases de serviços de assessoramento técnico para os empreendimentos de Economia Popular e Solidária
Cursos de sustentabilidade	MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1080	Capacitação de empresas em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) - Brasil + Sustentável
Certificação de produtos - credenciamento de laboratórios e boas práticas de manejo	MAPA	Agropecuária Sustentável	360	Aumento do número de cadeias florestais atendidas com plano de manejo em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)
	MAPA	Agropecuária Sustentável	1399	Redes de Inovação Agropecuária, inseridas na Plataforma de Governança de Inovação Agropecuária
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	2872	Embrapa Amazônia Oriental - Modernização das Instalações e Equipamentos para Pesquisa Agropecuária
	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1378	Uso e manejo comunitário (florestal madeireiro e não madeireiro, de fauna, pesca ou outros recursos naturais) em unidades de conservação - UCs formalizados
Investimento em tecnologia para agregação de valor dos produtos florestais	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	149	Disponibilização de soluções tecnológicas que reduzam os custos de produção, aumentem a produtividade, assegurem a qualidade, agreguem valor a alimentos e a outros produtos agropecuários, florestais
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
	MAPA	Agropecuária Sustentável	371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI)
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1514	Projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica com agregação de valor a produtos e serviços das cadeias da biodiversidade
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	710	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Floresta, que fomentam o desenvolvimento sustentável

TEMA 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO BAILIQUE (continuidade).

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Fortalecimento da Assistência Técnica - Estruturação do escritório fixo do RURAP	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	720	Agricultores e agricultoras familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	726	Agricultores do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA atendidos por assistência técnica e extensão rural específica
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1090	Assistência técnica aos aqüicultores incluídos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)
	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
Desenvolvimento de tecnologias sociais	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1491	Desenvolvimento de tecnologias sociais no país, em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas locais, regionais e nacionais, preferencialmente, em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)
	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1501	Tecnologias sociais desenvolvidas ou apoiadas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI realizadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	912	Tecnologias sociais para a agricultura familiar adquiridas e implementadas

TEMA 2 - PESCA, PISCICULTURA E CARCINICULTURA

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGA)
Fortalecimento da colônia e cooperativas de Pesca locais	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1043	Certificação e ampliação de canais de comercialização de Produtos da Pesca Artesanal (SNPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1050	Certificação de origem legal do pescado de captura (SPI)
Fortalecimento de Comitê gestor de Pesca	—	—	—	—
Desenvolver as habilidades dos trabalhadores da pesca para aumento da produção	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal (SNPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1084	Qualificação dos profissionais envolvidos na extensão pesqueira artesanal e no atendimento aos pescadores em instituições públicas e privadas (SNPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1088	Promoção da educação contextualizada para pescadores e pescadoras artesanais (SNPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1090	Assistência técnica aos aqüicultores incluídos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1096	Capacitação e atualização técnico-científica dos agentes públicos e profissionais envolvidos com o setor
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aqüicultura (MPA)
Reduzir a burocracia na SEMA de licença ambiental	—	—	—	—
Instalação de câmeras frigoríficas	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
Construção da fábrica de gelo	—	—	—	—
Aquisição de embarcações, equipamentos e apetrechos de pesca	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1108	Modernização do monitoramento de embarcação de pesca (SERMOP)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
Aquisição de Kit pesca camarão sustentável, com Catraio de 6m/ motor rabeta completo	—	—	—	—
Projeto para conservação e beneficiamento pescado	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal (SNPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aqüicultura (MPA)
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	676	Estratégias e instrumentos de ordenamento ou fomento do uso sustentável dos recursos pesqueiros dulcícolas e costeiros marinhos e com comunidades de pescadores artesanais nas áreas protegidas aperfeiçoadas

TEMA 2 - PESCA, PISCICULTURA E CARCINICULTURA (continuidade)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGA)
Construção de um lugar para tratar o pescado	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	227	Armazéns mantidos, ampliados e/ou modernizados
Projetos de estímulo a compras governamentais da produção da pesca	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	957	Participação da agricultura familiar nos mercados de compras públicas ampliada, fortalecendo as modalidades de formação de estoques e compra institucional
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1040	Aumento da aquisição de pescado nas compras institucionais (SNPA e SNA)
	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1218	Programa Municípios Verdes – Utilização do poder de compra do Estado para fortalecimento da cadeia produtiva da Economia Verde instalada no Brasil
Construção de feira de pescado	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
Polo de distribuição de material de pesca	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	227	Armazéns mantidos, ampliados e/ou modernizados
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	810	Ampliação do volume de alimentos disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento
Projeto de fomento à piscicultura	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude (MPA)
	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
Projetos de tecnologias nos apetrechos de pesca	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
Criação e construção de tanques de piscicultores	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura (MPA)
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
Desenvolvimento de larvicultura no Distrito	—	—	—	—

TEMA 3 - CULTURA E TURISMO

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Inventário turístico e cultural da região do Bailique	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
	MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
	MinC	Direito à Cultura	2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
Projeto de valorização do potencial ecoturístico do Bailique	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
	MTUR	Turismo, esse é o destino	781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo
	MTUR	Turismo, esse é o destino	785	Realização de obras e serviços de engenharia para desenvolver o turismo no Brasil
	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
	MTUR	Turismo, esse é o destino	803	Certificação de destinos turísticos brasileiros como destinos turísticos inteligentes em transformação, com base na metodologia DTI Brasil
	MTUR	Turismo, esse é o destino	805	Realização de ações para promoção do acesso democrático e inclusivo de públicos prioritários aos benefícios da atividade turística
	MTUR	—	—	Medida Institucional Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos
	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
	MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
Valorização da Reserva Biológica	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	657	Benefícios financeiros pagos para famílias em situação de extrema pobreza que exerçam atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais no meio rural, por meio do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária
	MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais

TEMA 3 - CULTURA E TURISMO (continuidade).

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Projeto de organização do trade em Macapá para tornar Bailique uma rota de atração do ecoturismo	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária
	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
	MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
	MinC	Direito à Cultura	2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
Projeto de estruturação de pousadas e hotelaria	MTUR	Turismo, esse é o destino	781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo
	MTUR	Turismo, esse é o destino	785	Realização de obras e serviços de engenharia para desenvolver o turismo no Brasil
Criar o festival turístico e cultural da Foz do Amazonas	MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
Projeto de preparação da comunidade para recepção do turista e visitantes	MTUR	Turismo, esse é o destino	790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária
Cursos de capacitação no setor produtivo na economia criativa	MinC	Direito à Cultura	2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
Desenvolver projetos turísticos e sustentáveis	MTUR	Turismo, esse é o destino	805	Realização de ações para promoção do acesso democrático e inclusivo de públicos prioritários aos benefícios da atividade turística
Projeto turístico de base comunitária no Bailique	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária
	MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais

TEMA 4 - FRUTICULTURA E PRODUTOS FLORESTAIS MADEIREIROS E NÃO MADEIREIROS E AGRICULTURA FAMILIAR.

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Fortalecimento das cooperativas e associações	MAPA	Agropecuária Sustentável	373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
	MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
	MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1784	Implementação de redes, cadeias e arranjos produtivos de Economia Popular e Solidária
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Empreendimentos, associações e cooperativas solidárias da agricultura familiar estruturadas para produção, agroindustrialização e comercialização
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
Serviços de consultorias voltadas para legislação e mapeamento da produção	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1080	Capacitação de empresas em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) - Brasil + Sustentável
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	423	Instituições parceiras nacionais e internacionais em projetos da Embrapa
Profissionalização da produção não madeireiros para criação de marca e agregação de valor aos produtos	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
	MAPA	Agropecuária Sustentável	360	Aumento do número de cadeias florestais incentivadas em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)
	MAPA	Agropecuária Sustentável	361	Aumento da recomposição florestal e comercialização de produtos não madeireiros em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)
	MAPA	Agropecuária Sustentável	371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintos de agregação de valor
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI)
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1514	Projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica com agregação de valor a produtos e serviços das cadeias da biodiversidade
Melhoria na logística de escoamento da produção	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de infraestrutura produtiva
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	149	Disponibilização de soluções tecnológicas que reduzam os custos de produção, aumentem a produtividade, assegurem a qualidade, agreguem valor a alimentos e a outros produtos agropecuários, florestais
	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência	1922	Infraestrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços de sociobiodiversidade indígena implantada e adequada

TEMA 4 - FRUTICULTURA E PRODUTOS FLORESTAIS MADEIREIROS E NÃO MADEIREIROS E AGRICULTURA FAMILIAR. (continuidade)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Projetos de captação de recursos a fruticultura	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	2262	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Bioeconomia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
Implantar o Projeto Mulheres Produtoras do Bailique	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	916	Famílias da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, jovens, mulheres atendidas com iniciativas de inclusão socioproductiva sustentáveis de base agroecológica, agrícolas e não agrícolas
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2158	Famílias da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, jovens, mulheres atendidas com assessoria técnica e extensão rural, com foco em atividades de base agroecológica, elaboração e fortalecimento de instrumentos de gestão ambiental rural
Sistema de irrigação e tecnologia para agricultura e hortaliças	MAPA	Agropecuária Sustentável	347	Instalação de Unidades de Referência Tecnológica (URTs) com sistemas irrigados sustentáveis, integrados a ações de conservação de água e solo e Águas do Agro
Projeto de uma agroindústria de frutas	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
Produção de mudas por meio de viveiros industriais	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
Fomento do manejo de açaí	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	710	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Floresta, que fomentam o desenvolvimento sustentável
Fábrica de gelo para fruticultura	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva

TEMA 5 – INFRA ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Sistema de abastecimento de água (poços ou caixa d'água por residência)	MIDR	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1725	Implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades tradicionais da Amazônia
	MCID	Saneamento Básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
	MCID	Saneamento Básico	2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)
	MCID	Saneamento Básico	2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
Construção de cisternas	MDS	Segurança Alimentar e Combate à Fome	816	Tecnologias sociais de acesso à água para o consumo e a produção, tais como cisternas de placas de 16 mil litros, cisternas escolares, cisternas calçadão, cisternas de enxurradas, barragens subterrâneas, sistemas pluviais multiuso autônomo, sistemas pluviais multiuso comunitários, entre outras
Projeto de dessalinização da água	MIDR	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	153	Implantação de Sistemas de Dessalinização de Águas Salobras e Salinas
Distribuição de Caixa d'água por família	_____	_____	_____	_____
Construção de passarelas de concreto	_____	_____	_____	_____
Ambulancha – SAMU	MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	586	Construção ou manutenção de embarcações
UBS Fluvial	MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
Reativação da Escola Bosque	_____	_____	_____	_____
Projeto Habitacional Moradia	MDHC	Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em situação de rua	1269	Disponibilização de unidades habitacionais mobiliadas no âmbito do Programa Nacional Moradia Primeiro do Governo Federal
	MDHC	Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em situação de rua	1821	Equipes de apoio multidisciplinares para atendimento aos destinatários do Programa Moradia Primeiro
	MCID	Moradia Digna	1845	Moradias contratadas no Novo Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida, segmento Novo MCMV)
	MCID	Moradia Digna	1851	Moradias entregues por meio de Projetos-Piloto inovadores
Porto Flutuante	MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
Fábrica de Gelo	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
Fornecer gelo para o pescador da costa	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva

TEMA 5 – INFRA ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (continuidade)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Internet via satélite	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2162	Atender a 7.430 localidades com 4G ou tecnologia superior
	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2167	Infovia 03 do Programa Norte Conectado
	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2187	Atender a 5.570 sedes municipais brasileiras com 5G
Sistema de comunicação de internet	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2162	Atender a 7.430 localidades com 4G ou tecnologia superior
	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2167	Infovia 03 do Programa Norte Conectado
	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2187	Atender a 5.570 sedes municipais brasileiras com 5G
Instalação de telefonia móvel e fixa	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2162	Atender a 7.430 localidades com 4G ou tecnologia superior
	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2163	Infovia 03 do Programa Norte Conectado
Sistema de energia elétrica alternativo (Placa Solar)	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no campo	949	Fomento da adoção de soluções tecnológicas inovadoras com vistas à geração e uso de energias limpas pelos municípios brasileiros
Estação de energia	MME	Energia Elétrica	40	Expansão do sistema de transmissão de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro (km)
	MME	Energia Elétrica	44	Expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro (MW)

TEMA 6 – GOVERNANÇA COM FOCO NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Fortalecimento das lideranças para o associativismo e o cooperativismo	MAPA	Agropecuária Sustentável	373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Empreendimentos, associações e cooperativas solidárias da agricultura familiar estruturadas para produção, agroindustrialização e comercialização
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
Fortalecimento da participação social na formulação de políticas públicas local	—	—	—	—
Fortalecimento do empoderamento feminino	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
Projeto de compras governamentais da produção	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	957	Participação da agricultura familiar nos mercados de compras públicas ampliada, fortalecendo as modalidades de formação de estoques e compra institucional
	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1218	Programa Municípios Verdes – Utilização do poder de compra do Estado para fortalecimento da cadeia produtiva da Economia Verde instalada no Brasil
Estruturação da Assistência técnica no Bailique	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	720	Agricultores e agricultoras familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	726	Agricultores do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA atendidos por assistência técnica e extensão rural específica
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	727	Agentes de ATER formados e capacitados
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1191	Famílias Quilombolas, Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais atendidos por Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER
	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
	MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1776	Criação de bases de serviços de assessoramento técnico para os empreendimentos de Economia Popular e Solidária

TEMA 6 – GOVERNANÇA COM FOCO NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL. (continuidade)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Atuação mais presente dos órgãos do governo	—	—	—	—
Estudo sobre a produção das cadeias produtivas do Bailique	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
	MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI)
	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	669	Apoio às organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
Projeto de combate à violência contra a mulher	MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1158	Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres (Senasp)
	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1973	Equipamentos estruturados para atividades de apoio a mulheres indígenas vítimas de violência, contemplando suas especificidades socioculturais
Construção da casa de apoio social	MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	238	Fortalecimento e/ou implementação de Casas de Acolhimento de pessoas LGBTQIA+ expulsas do núcleo familiar com vínculos familiares rompidos
Criação do escritório de projeto da comunidade	—	—	—	—

TEMA 7 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FOMENTO À PRODUÇÃO.

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Ação integrada das instituições para regularização fundiária, documental e ambiental	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1159	Famílias regularizadas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1163	Títulos definitivos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária (Títulos de Domínio - TD e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU)
Fortalecimento dos órgãos que executam a política fundiária no Estado	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1503	Títulos definitivos emitidos por meio de convênios com Estados
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1512	Famílias beneficiadas com documentos de regularização fundiária emitidos em áreas sob domínio dos estados
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1589	Terras públicas com destinação definida pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD) e/ou pelas câmaras estaduais de destinação de terras
Diagnóstico, fundiário, documental e ambiental	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1085	Imóveis rurais vistoriados e avaliados
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1100	Imóveis rurais obtidos para a Reforma Agrária
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1167	Terras Públicas georreferenciadas
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1168	Territórios quilombolas identificados e delimitados
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1485	Títulos de regularização fundiária emitidos em terras públicas
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1512	Famílias beneficiadas com documentos de regularização fundiária emitidos em áreas sob domínio dos estados
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1581	Imóveis rurais cadastrados com informações literais e espaciais
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1589	Terras públicas com destinação definida pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD) e/ou pelas câmaras estaduais de destinação de terras
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1591	Imóveis rurais georreferenciados em parceria com os governos Estaduais
Projeto de construção de um banco de dados unificados sobre informações fundiárias das comunidades do Bailique	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1167	Terras Públicas georreferenciadas
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1168	Territórios quilombolas identificados e delimitados

TEMA 7 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FOMENTO À PRODUÇÃO (continuidade).

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Projeto de incentivo a produção das famílias assentadas	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1105	Famílias assentadas em novos Projetos de Assentamento
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1110	Famílias assentadas em novos Projetos de Assentamento
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1125	Famílias em Projetos de Assentamento atendidas com implantação e recuperação de infraestrutura básica (estradas, água, energia, conectividade e armazenamento da produção)
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1191	Famílias Quilombolas, Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais atendidos por Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	2262	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Bioeconomia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
Projeto de financiamento a produção em assentamento	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	715	Contratos de crédito de custeio no âmbito do Pronaf para a produção de alimentos
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1105	Famílias assentadas em novos Projetos de Assentamento
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1142	Crédito Instalação concedido às famílias assentadas (modalidades)
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1467	Famílias com acesso à terra por meio do Crédito Fundiário
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1551	Estruturação dos núcleos rurais do Crédito Fundiário e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural
Projeto preparatório de gestão e educação financeira aos assentados	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1113	Projetos de Assentamentos com ações de gestão ambiental e com cadastro de regularização ambiental realizados
Orientação ao crédito ao empreendedor e comunidade	MTE	Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	258	Manutenção e/ou geração de trabalho, emprego e renda por meio da oferta de crédito produtivo a empresas
	MTE	Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	433	Concessão de microcrédito produtivo orientado
	MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1782	Assessoria técnica e formação para facilitação de acesso ao crédito dos empreendimentos de finanças populares e solidárias
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	908	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf de Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	910	Mecanização e modernização de áreas da reforma agrária, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, integradas à realidade local
	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1551	Estruturação dos núcleos rurais do Crédito Fundiário e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	2261	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Agroecologia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	2262	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Bioeconomia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
	MAPA	Agropecuária Sustentável	47	Aumento do volume de crédito rural contratado
	MAPA	Agropecuária Sustentável	48	Aumento da quantidade de contratos de crédito rural

TEMA 7 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FOMENTO À PRODUÇÃO (continuidade).

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Melhorar as condições de acesso ao crédito na logística de atendimento	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	908	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf de Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")
Ação de atendimento ao crédito no Bailique	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1467	Famílias com acesso à terra por meio do Crédito Fundiário
Trabalhar uma política de crédito na regulamentação mais acessível	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	908	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf de Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	2261	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Agroecologia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	2262	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Bioeconomia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	280	Financiamento em investimento fixo pelos Fundos Constitucionais de Financiamento
	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	MIDR	_____	_____	Aprimoramento das programações financeiras dos Fundos Constitucionais de Financiamento
O BASA fazer financiamento em mais em condições do produtor Rural de Bailique	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	280	Financiamento em investimento fixo pelos Fundos Constitucionais de Financiamento
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	908	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf de Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")
Recurso direto do BASA	_____	_____	_____	_____
Ação integrada e permanente dos órgãos; Amapá Terras, RURAP, SEMA, INCRA e BASA	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado

TEMA 8 – BUBALINO CULTURA E CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS.

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS			
	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Aumentar o quantitativo de técnicos para uma atuação mais efetiva e eficaz da DIAGRO no Bailique	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	727	Agentes de ATER formados e capacitados
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	720	Agricultores e agricultoras familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural
	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
	MMA	Bioeconomia para um novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
Incentivar a produção de carne através da inspeção e certificação da DIAGRO	MAPA	Defesa Agropecuária	452	Capacidade de atendimento do serviço veterinário oficial às doenças dos animais ampliada
	MAPA	Defesa Agropecuária	454	Programas de Vigilância baseada em risco para febre aftosa ampliados
	MAPA	Defesa Agropecuária	455	Programas de vacinação contra a brucelose em bovinos e bubalinos ampliados
	MAPA	Defesa Agropecuária	457	Fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos pecuários e afins baseada em risco
	MAPA	Defesa Agropecuária	458	Plano de Fiscalizações em estabelecimentos de produtos de origem animal sob inspeção periódica com base no Risco Estimado apurado
	MAPA	Defesa Agropecuária	475	Fiscalizações com foco em regiões e produtos de maior risco
	MAPA	Defesa Agropecuária	478	Atendimento às demandas da defesa agropecuária, pelos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária aprimorado
	MAPA	Agropecuária Sustentável	2025	Produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada por meio da fiscalização e aplicação de mecanismos de controle, para a garantia da qualidade orgânica
Incentivar por meio de parcerias a produção de queijo e outros derivados	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
Verticalização da produção de bubalinocultura no Bailique	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
	MAPA	Agropecuária Sustentável	331	Cadeias produtivas agropecuárias sustentáveis, descarbonizadas e resilientes
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	2839	Embrapa Amapá - Modernização das Instalações e Equipamentos para Pesquisa Agropecuária
	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	2869	Embrapa Agrossilvipastoril - Modernização das Instalações e Equipamentos para Pesquisa Agropecuária

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM

Tv. Antônio Baena, nº1 113, Térreo Bloco C
Marco - Belém – PA CEP: 66093-082
(91) 4008-5717. www.gov.br/sudam Redes Sociais: @sudambr

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

Governo do Estado do Amapá – GEA
Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN
Rua São José, 290, bairro Central, Macapá-AP, CEP: 68908-151
www.seplan.portal@ap.gov Redes Sociais: @seplan.ap

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tv. Antônio Baena, 1113 - Marco
CEP: 66093-082 - Belém - Pará
ouvidoria@sudam.gov.br
(91) 4008-5689 / 0800 610 021
www.gov.br/sudam

